

O sesquicentenário de Capistrano de Abreu e o significado de sua obra

EDUARDO DIATAHY B. DE MENEZES^(*)

OUTRAS LIVRARIAS DA CIDADE [Rio]

«(...) João Martins Ribeiro, português, tem casa de alfarrabista na rua General Câmara. É um velho simpático e bonachão, de altura mediana, a bigodeira e barba desalinhas a manchar-lhe a face branca e amiga. O homem conhece bem o seu negócio e possui, em matéria de livros sobre o Brasil, o mais vultuoso estoque da cidade.

Em 1901 já é o “velho Martins”, o “Vende-sempre”, porque se o que lhe compra não pode dar, por um livro, cinco mil-réis, ele aceita quatro, três, entregando-o, até, sem o lucro de um níquel, só para manter o fogo sagrado do negócio e guardar o freguês. Fia. Não lhe pagam? Martins, por isso, não se aborrece. Protege os estudantes sem recursos, os pobrezinhos que vão sem calçado para a escola...

– E quanto quer que lhe pague pelo volume?

– Leve a gramática. Não custa nada.

Outras vezes é um desgraçado que lhe entra pela casa, a suor, pejado de livros e papéis. Martins sente a miséria do homem, no olhar, na humildade da voz, na palidez do lábio... Os livros, porém, não valem nada – **palha**, na linguagem vulgar do alfarrabista. Lixo. Fala, porém, o coração do Martins ao homem desalentado:

– E quanto quer você, por tudo isso?

– O que o senhor quiser dar...

^(*) Sócio Efetivo do Instituto do Ceará.

Martins mete-lhe na mão uma cédula de dez mil-réis:

– E leve também o seu embrulho. Leve-o...

Num lote de alfarrábios, comprado, certo dia, o velho livreiro encontra um manuscrito interessante. É uma História do Brasil, para ele, completamente desconhecida. Separa-a. Não a põe à venda. E o que ele separa é apenas a História do Brasil de Frei Vicente do Salvador!

Capistrano quase desmaia de emoção, quando folheia o códice precioso.

*Sabendo o que para o Brasil representa o achado, resolve, logo, oferecê-lo à Biblioteca Nacional, gesto que o próprio Capistrano registra no prefácio que faz à **obra do primeiro historiador brasileiro do Brasil.*** [o grifado é meu]

Luiz EDMUNDO

O Rio de Janeiro do Meu Tempo. 4ª vol., 2ª ed., 1957: 753-755.

I

Preliminares

«não há risco de confundir o mel do patriarca e o vinagre do epígono»

Iniciei adrede esta exposição pela epígrafe acima, um pouco mais longa que o normal, visto que queria demonstrar desde logo, mediante essa saborosa narrativa de memória histórica, de Luiz Edmundo, o traço fundamental e saliente do retrato intelectual de Capistrano de Abreu: sua paixão de pesquisador incansável pela história do Brasil e em particular a importância que atribuía ao texto do franciscano baiano, Frei Vicente do Salvador, autor da primeira *História do Brasil*, escrita por um brasileiro e numa data assaz inicial de nossa formação. E sublinho bem o termo **paixão**,

porque embora fosse Capistrano dotado de forte racionalidade armada de permanente questionamento crítico dos conhecimentos que assimilava e produzia, era ele movido por intenso sentimento de amor a seu trabalho e aos temas de sua predileção, que incluíam sobretudo a construção da arquitetura documental de nossa história colonial e a solução das questões interpretativas que sua significação suscitava. Longe, porém, de qualquer passionalismo, paixão, aí, representa a energia afetiva e criativa que alimentava seu permanente engajamento com tais questões.

Na sua correspondência com seu amigo, o historiador português João Lucio de Azevedo, que tão bem conhecia o Brasil e nossa história, em carta de 15 de novembro de 1916, Capistrano relata que mais de uma vez quis escrever a Manuel Barata e a Goeldi, *«pedindo a fotografia da ave que para mim simboliza nossa terra. Tem estatura avantajada, pernas grossas, asas fornidas, e passa os dias com uma perna cruzada na outra, triste, triste, daquela austera, apagada e vil tristeza: é muito sua conhecida com certeza. A imagem do jaburu não me deixa...»*¹. Esta alegoria do Brasil na imagem do jaburu tão insistentemente lembrada por Capistrano de Abreu me faz evocar algo semelhante que me ocorre como imagem dele próprio: enorme girafa com a cabeça no mais alto empíreo da erudição² e do saber seguro, porém com os pés firmemente postos na terra da realidade dura que ajudava a decifrar por sua gênese histórico-cultural.

Mas retomo a referência à *História do Brasil*, de Frei Vicente do Salvador, visto tratar-se de uma das mais sólidas ilustrações dessa paixão historiográfica que movia Capistrano na busca incessante dos fragmentos dispersos de nossa história, sobretudo a do período colonial, a fim de elevar à modernidade sua inovadora

¹ *Correspondência de Capistrano de Abreu*, v. II, 1954, p. 21. Assinale-se na citação a alusão a Camões. [Nota: doravante, nas notas de rodapé ou referências no texto, citarei esta obra apenas como CCA, seguida do nº do volume e página].

² Quero chamar a atenção desde logo para o fato de que emprego aqui *erudição* no sentido técnico e preciso que possui esse termo no território das ciências históricas e não em seu sentido genérico. Ver a esse respeito: SAMARAN, Charles (dir.): *L'Histoire et ses Méthodes*. «Encyclopédie de la Pléiade». Paris: Gallimard, 1986.

concepção de História. Aliás, já daria alentado ensaio o só percorrer, a fim de reconstituir seus resultados, as vias hesitantes e habitadas de percalços, dúvidas, buscas infindas e alegrias intensas dos achados, tudo isso que permitiu a publicação, em edição cuidadosamente anotada por Capistrano de Abreu e depois por Rodolfo Garcia, dessa obra primordial, cujos cinco Livros que a compõem são antecédidos, em cada um deles, pelos notáveis «Prolegômenos» que Capistrano escreveu, modelo de trabalho historiográfico e de erudição crítica. Com efeito, esse percurso pode ser penosamente recomposto na longa *Correspondência* do historiador com seus inúmeros amigos [1946; 1954 e 1956: *passim*]. Todavia, para não alongar a demonstração, louvo-me do roteiro que dá o próprio Capistrano na esclarecedora «Nota Preliminar», que fez para a referida edição. São algumas dessas preciosidades do labor ingente desse pesquisador modelar, que tentarei resumir a seguir, mediante a escolha de trechos significativos de seu próprio depoimento [1918: 19-28].

Capistrano sabia de sobra quão relevante era esse texto que ajudara a redescobrir e editar, por isso inicia sua referida «Nota Preliminar» historiando em seu estilo sintético o percurso mais recente dessa busca de anos:

«Em 1881 a Biblioteca Nacional realizou uma exposição de história e geografia do Brasil, aberta a 2 de dezembro, aniversário de D. Pedro II, encerrada a 2 de janeiro do ano seguinte. Vieram à luz suas riquezas em impressos, manuscritos, mapas, estampas, medalhas e moedas; instituições diversas, colecionadores particulares concorreram ao certame; pela primeira desenhou-se nítida a imensidade da empresa de descrever a terra brasileira a conhecer os feitos dos seus filhos³.

³ Pouco tempo depois, em carta do Rio de Janeiro, de 12 de março de 1885, para seu «caro Lino» – o incansável pesquisador português, Tomás Lino d'Assumpção, que tanto lhe serviu na busca documental em arquivos de sua terra – dizia Capistrano: «A história do Brasil é um mundo, e o que existe nos arquivos portugueses pelo menos um continente. Seria preciso passar muito anos aí, sem ter outra coisa a fazer, para dar cabo da tarefa.» [Cf. *Cartas de C. de Abreu a Lino de Assunção*, 1946].

E depois de assinalar os 7.621 visitantes, sumaria o seu conteúdo:

«A exibição figurava aparato transitório, mero pretexto da obra verdadeira, o **Catálogo**. Desde o primeiro dia distribuíram-se dois volumes, somando 1.612 páginas, arrolando 19.278 objetos. Com o suplemento, que pouco demorou, as páginas subiram a cerca de 1.800, os objetos excederam de 20.000. Válido e fecundo prossegue ainda quem concebeu e levou galhardamente a fim a obra monumental, – hoje votado ao *Dicionário Histórico, Etnográfico e Geográfico Brasileiro* empreendido pelo Instituto Histórico...»

Posto não dê explícita posição de sua presença como um dos trabalhadores vigorosos dessa monumental exposição, seu papel é fácil de inferir-se na textura do relato que se segue:

«Poucos dias antes da inauguração sobreveio aos que trabalhávamos ao lado e sob as ordens do Dr. Ramiz Galvão [*Diretor da BN*] a mais agradável das surpresas.

Tínhamos bem presentes as poucas linhas de Barbosa Machado na *Biblioteca Lusitana* e os trechos de Jaboardo no *Novo Orbe Seráfico Brasileiro*, relativos a frei Vicente do Salvador e sua obra; sabíamos do exemplar de sua história, folheado por Varnhagen, quase adolescente ainda, na Biblioteca das Necessidades em Lisboa sumido até hoje; conhecíamos o capítulo avulso descoberto por João Francisco Lisboa na Torre do Tombo, identificado e impresso por Varnhagen em 1858 na *Revista trimestral* do Instituto. Depois da última data nem a obra nem o nome do autor emergiam mais do mistério⁴.»

O relato torna-se então mais vivo e objetivo quando, logo a seguir, Capistrano exercita seu senso crítico:

«Bem podia tê-lo desvendado o ilustre Varnhagen, que depa-rou a obra na Torre do Tombo, desde 1872 pouco mais ou menos, quando revelou a existência do exemplar da

⁴ Mais ousado e incisivo, de argumentação convincente, Manoel BOMFIM acusa Varnhagen de ser o responsável pelo sumiço intencional da cópia integral da obra de Frei Vicente do Salvador dos dois exemplares que havia na Torre do Tombo, e ainda insinua ser também seu o ato que levou ao outro exemplar, mutilado, aí existente. [Cf. *O Brasil na História*, 1930, pp. 111-119].

Prosopopéia de Bento Teixeira, até então considerada perdida. Já em 1874 no posfácio à segunda edição da **História Completa das lutas holandesas no Brasil: desde 1624 a 1654** refere-se a fatos que recentemente apurava relativos ao petiguar Zorobabé e à expedição de Pêro Coelho de Sousa ao Ceará. Na segunda edição da **História Geral do Brasil** repetiu estas novidades e forneceu outras, as mais das vezes sem indicar-lhes a procedência, uma escudando-se no dizer de um escritor antigo, pág. 379, outra, pág. 393, recorrendo à sigla pouco transparente de *F. V. do S.* Isto no primeiro volume.

No segundo guarda sigilo sobre o paradeiro do manuscrito, junta inexactidões como dizer que a dedicatória foi dada de Lisboa, que a **Crônica da Custódia do Brasil** é a primeira parte da **História do Brasil** e termina secamente, pág. 687: “tanto uma como outra parte não foram até agora impressas”. Com os anos, adquirira certas singularidades bem diversas da franqueza e alvoroço com que a princípio revelava os achados e as descobertas: reservava-os talvez para **Arquivo diplomático brasileiro antigo**, anunciado desde a publicação do livrinho de Maurício de Heriarte, belo sonho desvanecido pela morte a 29 de junho de 1878, em Viena.

Ora, o livro esquivo, quase mítico, de frei Vicente do Salvador entrou de modo inesperado na Biblioteca Nacional.

É aqui que entra em cena, no relato de Capistrano, o registro da generosidade do alfarrabista João Martins Ribeiro, mencionado na citação de Luiz Edmundo em epígrafe:

«João Martins Ribeiro, inteligente livreiro do Rio, que valente e ativo ainda poderá ler estas páginas, adquirira papéis vários e alfarrábios e de mistura alguns manuscritos, entre os quais uma história do Brasil em que nunca ouvira falar. Não os quis expor à venda, e doou-os à Biblioteca Nacional, como sua quota para a exposição que ia ser inaugurada. V. **Gazeta de Notícias**, de 19 de novembro de 1881.»

Daí para frente, até o final deste primeiro tópico da «Nota Preliminar», Capistrano, com seu estilo enxuto e parcimonioso, primeiro descreve com arguta minudência de pesquisador empenhado as características identificadoras da obra e narra o percurso das buscas desse manuscrito de Frei Vicente do Salvador; para em seguida expor os desdobramentos que levaram, a ele e colabora-

dores (como seu amigo Vale Cabral, competente conhecedor de nossa documentação colonial), à constituição da importante coleção «**Materiaes e Achegas para a Historia e a Geographia do Brasil**»; enfim, conclui o relato com a caracterização do formato dessa edição:

«O mais ligeiro exame do códice revelava seu passado: – a encadernação de couro à portuguesa, o aspecto do papel, a letra do copista, denunciavam-no como um dos numerosos volumes copiados dos arquivos e bibliotecas lusitanas na era de 50 /s. XIX/ por comissão do governo imperial, confiada primeiro a Gonçalves Dias e por fim a João Francisco Lisboa. A coleção, depois de ficar alguns anos na Secretaria do Império, foi remetida para o Instituto Histórico, donde uma parte escorreu para mãos de particulares. A Biblioteca Nacional possui alguns volumes comprados a particulares.

O manuscrito oferecido procedia indiretamente do espólio do marquês de Olinda e pode-se imaginar até certo ponto como as coisas passaram.

Em 27 de fevereiro de 1857 João Lisboa mandara a Varnhagen uns apontamentos sobre Gabriel Soares, extraídos de um volume encontrado acaso na Torre do Tombo e prometia envidar esforços para descobrir o manuscrito principal de que os apontamentos não passavam de adição ou emendas. Seus esforços surtiram bom resultado, pois o Marquês de Olinda, ministro do império, deixou a pasta em 12 de dezembro de 1858 e a **História** de Frei Vicente foi para sua casa e lá ficou. É provável que o velho marquês nunca a abrisse e até esquecesse sua existência. Em 1866 Melo Moraes escreveu a biografia do ex-regente, figura primacial do segundo império. Se se lembrasse da preciosidade que possuía, o biografado tê-la-ia oferecido ou pelo menos mostrado ao Plutarco alagoano.

Dia de ano bom de 82, véspera do encerramento o conselheiro Saraiva, presidente do conselho, visitou a exposição de história e geografia e, vendo a grande quantidade de inéditos ali acumulados, ofereceu as colunas do **Diário Oficial** para imprimi-los e depois reduzir a volumes, como fazia com os debates do parlamento.

Aceito, como não podia deixar de ser, o oferecimento, parecia óbvio encetar a série com a **História** de frei Vicente do Salva-

dor, já pelo valor intrínseco da obra, já como uma cortesia ao ilustra baiano, seu patrício, que lhe facultava a aparição. Não se fez assim e a autorização caiu em comisso.

Em 1886 o conselheiro Francisco Belisário, ministro da fazenda, concedeu autorização semelhante à que fora descurada a Vale Cabral, chefe da seção de manuscritos da Biblioteca Nacional, e ao escritor destas linhas, a quem se agregou Silveira Caldeira, diretor do *Diário Oficial*. Bem quiséramos estreitar com a *História* de frei Vicente, aproveitando o códice tão generosamente doado. Não foi possível. Tivemos de recorrer à bondade de nosso amigo Lino de Assunção, que nos obteve nova cópia na Torre do Tombo. No *Diário Oficial* de 23 de julho de 1886 saiu o primeiro capítulo. Da composição fez-se em 1887 um volume de 115 páginas, contendo os dois primeiros livros, anotados compridamente. As anotações foram um erro, pois só trouxeram a demora e por fim a paralisia da publicação; tiveram, porém, um efeito: a Biblioteca decidiu dar a obra completa em 1889 no volume 13 de seus *Anais*.

Com ligeiras modificações o texto da Biblioteca Nacional serve de base ao presente.»

Depois de explicitar as modificações feitas na ortografia [*«exceto quando se trata de nomes próprios e termos brasílicos em que foi, ou deveria ser conservada»*] e na pontuação, no intuito de facilitar a compreensão, bem como a revisão do texto da Biblioteca Nacional feita por Teixeira de Melo, chefe de sua seção de impressos e depois diretor da instituição, Capistrano completa:

«Da introdução à edição da Bibl. Nac. escrita pelo autor desta foi aproveitado o que pareceu conveniente.

Os prolegômenos de cada livro visaram a distinguir as fontes utilizadas pelo historiador, indicar os documentos conhecidos relativos a cada período, as monografias a consultar por quem quiser ir por diante e mais fundo no estudo. Escrito às pressas, à medida que a composição tipográfica urgia, não pretendem foros de heurística, meros apontamentos biográficos. As omissões sobretudo serão numerosas. O simples aspecto discrimina os prolegômenos do texto e não há risco de confundir o mel do patriarca e o vinagre do epígono.

(...)

Publicado agora em forma acessível, é de esperar que o livro do frade baiano, a primeira história do Brasil composta por

brasileiro, adquira leitores e amigos. Nem outra mira alveja esta tentativa. No intervalo que separa esta da precedente edição malograram-se os esforços para descobrir os capítulos perdidos. Seja mais feliz quem dirigir a outra, que mais cedo ou mais tarde há de vir à luz.

Na correção das provas prestaram os melhores serviços M. Said Ali, professor de alemão do colégio D. Pedro 2º, e Rodolfo Garcia, encarregado da Biblioteca do Instituto Histórico, a quem ficam aqui consagrados os agradecimentos.»

* * *

No segundo tópico da «Nota Preliminar», Capistrano se dedica a colher os fragmentos disponíveis de informação sobre a pessoa de Frei Vicente do Salvador, inserindo aí observações seguras que nos dão um retrato relativamente preciso da vida social de então na cidade da Bahia. Tentarei ser breve na resenha dessas anotações, antes parafraseando-o que citando-o, salvo quando se fizer mais necessário.

Assim, ele assinala desde logo que o pouco que se sabe da vida de nosso primeiro historiador acha-se em sua *História do Brasil*, no *Novo Orbe Seráfico Brasílico* e no catálogo genealógico de Jaboatão, impresso pelo IHGB, *Revista Trimestral*, 52, 1. Seu pai, João Rodrigues Palha, escudeiro fidalgo dos Palhas do Alentejo, emigrou por desgostos domésticos à cata de melhor condição para sustento da família. Alistou-se na expedição de Luís de Melo e Silva para terras brasílicas, onde este recebera a doação de uma capitania, e partiu em julho de 1554, naufragando a 11 de novembro nos baixios do Maranhão: das 3 naus e 2 caravelas salvaram-se apenas uma caravela e um batel, em que 18 sobreviventes chegaram a São Domingos. Ignora-se como saiu da ilha e parece ter voltado à pátria. O certo é que deu consigo na baía de Todos os Santos, aí se estabeleceu, casou e teve filhos. O mais velho, Vicente Rodrigues Palha, é o nosso autor. Ao concluir sua obra em 1627, frei Vicente dizia ter 63 anos, portanto nascido em 1564, no governo de Mem de Sá. Jaboatão diz que ele foi batizado a 29 de janeiro de 1567, na Sé da cidade do Salvador e que era natural

de Matoim. Capistrano observa que na lista de engenhos de Matoim fornecida por Gabriel Soares não consta o nome do velho Palha, que ainda estava vivo em 1580, e em nota de rodapé afirma que João Rodrigues Palha, casado com Mécia de Lemos, vivia ainda em janeiro de 1592 (cf. *Primeira Visitação do Santo Ofício às Partes do Brasil – Confissões da Bahia*, São Paulo, 1922, p. 158), contaria 62 anos de idade e era lavrador nas terras do engenho de Matoim, de Bernardo Pimentel de Almeida, na freguesia de Nossa Senhora da Piedade.

Neste ponto Capistrano introduz suas reflexões sobre as condições de vida, na região, àquele tempo. Os engenhos ricos – assinala – possuíam capelão com o qual os meninos do senhor, e outros a quem este o permitia, principiavam os rudimentos de leitura, em geral em cartas de mão, visto não serem comuns os livros: na falta das obras de João de Barros, lia-se o que a esse respeito escreve Manuel Severim de Faria na vida do cronista das *Décadas*. É provável ter sido essa a iniciação literária do futuro historiador. A continuidade dessa formação só em Salvador, cidade esquisita, de casas sem moradores, pois os proprietários passavam o mais do tempo em suas roças rurais, e só aí acorriam nas festas. Desse modo, a população urbana era composta sobretudo de mecânicos que exerciam seus ofícios, de mercadores, de oficiais de justiça, de fazenda, de guerra, que por dever aí residiam. Jorge de Pina, tio materno do historiador, cônego da Sé, chantre e mestre-escola, era dos que não podiam se afastar da cidade. Por certo o sobrinho foi morar com ele.

Naquele tempo, estava a instrução sob a responsabilidade principal da Companhia de Jesus. Sobre isso Capistrano cita informação de Anchieta que ele editara:

«As ocupações dos nossos com os próximos são: uma lição de teologia, que ouvem dois ou três estudantes de fora, outra de casos de consciência que ouvem outros tantos, e uma e outra alguns de casa, um curso de artes que ouvem dez de fora e alguns de casa, escola de ler, escrever e contar, que tem até setenta rapazes, filhos de portugueses, duas classes de humanidades, na primeira aprendem trinta, na segunda quinze escolares de fora e alguns de casa. Os estudantes nesta terra,

além de serem poucos também sabem pouco, por falta dos engenhos e não estudarem com cuidado, nem a terra o dá de si, por ser relaxada, remissa e melancólica, e tudo se leva em festas, cantar e folgar. Porém por ser nesta terra não se faz pouco fruto com eles e já há alguns casuístas que são vigários, e alguns artistas mestres nelas, e dois ou três teólogos pregadores que pregam na catedral desta cidade e cônegos da igreja mor e vigários das paróquias.» [Informações..., 1886: 37-38].

Assinala ainda que isso fora escrito por volta de 1586. Quanto a seus estudos Frei Vicente diz apenas que Pedro do Campo Tourinho foi condiscípulo em artes e de teologia, porém sem esclarecer se na Bahia ou Coimbra, de onde trouxe o título de doutor *in utroque jure*, doutor em teologia e cânones, segundo assegura Jaboatão. E Capistrano indaga: *“Quando completou a formatura e voltou à Bahia?”* O certo é que tomou depois ordens sagradas, serviu como cônego, vigário-geral, governador do bispado em tempo de D. Antônio Barreiros, cujo nome é citado por ele a propósito de questões com o governador Luís de Brito, etc. Após citar Gabriel Soares acerca de privilégios, exigências e remunerações de tais cargos eclesiásticos, Capistrano faz este comentário judicioso a respeito de Frei Vicente: *“Quão pouco pesavam considerações pecuniárias sobre o padre doutor Vicente Rodrigues Paiva, provou tomando o hábito de São Francisco a 27 de janeiro de 1599 e professando a 30 do mesmo mês do ano seguinte.”*

Após professar foi enviado para Pernambuco na época em que findava o governo de João Rodrigues Colaço. Pouco tempo depois, Frei Vicente missionava entre índios da Paraíba. Capistrano aproveita o fato para comentar que em tal função se fazia mister conhecer a língua geral, conhecimento que sofria graus entre padres da Companhia segundo informa José de Anchieta nos fragmentos históricos de suas *Informações* [1886: 69-74]: Diogo Jácome, vindo com Nóbrega, sabia o suficiente para ensinar os índios e prepará-los ao batismo e confissão; Manuel de Paiva ajudava os naturais da terra por meio de intérprete; Francisco Pires, seu companheiro da leva de 1550, não aprendeu a língua da terra; Gregório Serrão foi quem melhor soube desta, podendo ensinar e instruir para batizar, confessar e até pregar. Frei Vicente parece não ter

passado dos inícios. Ora, os franciscanos de Santo Antônio instalaram-se primeiro em Pernambuco por instâncias do donatário Jorge Albuquerque Coelho e tiveram quatro conventos na capitania, onde realizavam capítulos e congregações custodiais. O custódio Frei Leonardo aceitou a fundação de um convento no Rio de Janeiro aonde chegou a 20 de janeiro de 1607, no governo de Salvador de Sá: Frei Vicente, companheiro do custódio e feito presidente, ficou dirigindo as obras aí; depois partiram para Olinda, onde se abriam estudos e Frei Vicente devia lecionar. Pouco tempo exerceu tais funções e recolheu-se à Bahia, até ser eleito guardião do convento em 1612 e depois custódio em 15 de fevereiro de 1614. Afirmo Jaboaão que ele partiu para Olinda, onde reuniu o capítulo a 15 de outubro e repetiu a viagem no ano seguinte, em companhia do Governador-Geral Gaspar de Sousa. Concluído o triênio, partiu para o reino, talvez para imprimir a *Crônica da Custódia do Brasil*, que havia composto. Sobre essa obra Capistrano narra os percalços de seu sumiço e dos pequenos fragmentos ou meras referências sobre sua existência. Por onde andar? Nada se sabe: *“Considerar a Crônica da Custódia primeira parte desta História do Brasil, como fez Varnhagen, é esquecer o tamanho das duas, as datas das respectivas composições, o intuito bem definido de cada uma.”* Eis o Capistrano crítico da historiografia tradicional.

Ajunta o nosso guia nesse percurso que, para inspirar sua *História do Brasil*, foi benéfico para Frei Vicente a distância da pátria, longe dos afazeres quotidianos. Sua família paterna procedia do Alentejo e em Évora havia histórico convento da ordem, onde fez ou renovou conhecimento com Manuel Severim Faria, que possuía um irmão na ordem franciscana, Frei Cristóvão de Lisboa, que deve ter sido o elo entre os dois. Severim de Faria, informa ainda Capistrano, era um erudito, amante de livros, manuscritos, epigrafia, genealogia, heráldica, numismática e até interesses etnográficos pelas informações que seu irmão frade enviou-lhe do Maranhão e Pará. Incendiada com a do conde de Vimieiro no terremoto de Lisboa, sua livraria famosa possuía inúmeros livros históricos; comprazia-se em tais estudos, embora

desinteressado da história pragmática e inclinado para a biografia, como as que publicou de João de Barros, Diogo do Couto e Luís de Camões, e para temas gerais expostos nas *Notícias de Portugal*; deu-se por último a relatar fatos contemporâneos em anais de que nosso Barão de Studart descobriu e publicou fragmentos [*História Portuguesa*, Fortaleza, 1903]. No seu relacionamento com Frei Vicente, Severim de Faria descobriu-lhe vocação de historiador e estimulou-o nessa direção: sua rica biblioteca foi assim um repositório de matérias e modelos. No capítulo realizado em Lisboa a 16 de novembro de 1619, Frei Vicente teve voto admitido e foi eleito guardião da Bahia; em 1620 ainda permanecia na capital do reino; embarcou depois para o Brasil, porém sem assumir o cargo, segundo informa Jaboatão. Em 1621, deu-se em grande solenidade a inauguração, no convento do Rio, de uma imagem de Santo Antônio vinda do reino, parece que trazida por Frei Vicente, oficiante do ato litúrgico. No navio dos jesuítas em que retorna à Bahia, foi feito prisioneiro pelos holandeses, assim permanecendo até a reconquista de Salvador. Em liberdade, deu novo impulso à sua *História do Brasil*, cujo ponto final data de 27 de setembro de 1627, obra que consagrou a Manuel Severim de Faria. Em 1630 foi eleito pela terceira vez guardião da Bahia e desta tomou posse. Frei Vicente do Salvador morreu entre 1636 e 1639, segundo Jaboatão.

Depois de assinalar ter sobrevivido Frei Vicente uns dez anos após concluída sua *História* e não ter ele se desinteressado da obra, pois o códice existente na Torre do Tombo traz anotação escrita a lápis à margem de certos capítulos, Capistrano conclui a segunda parte de sua «Nota Preliminar» com este questionamento: «*As duas monções de março e setembro levavam navios à Bahia. Quantas vezes esperaria ver em letra de forma a obra de sua velhice? Desenganou-o logo Severim de Faria? Houve alguma força superior a sua vontade que a paralisasse?*»

Severim de Faria viveu até 1655.» [1918: 25].

* * *

O tópico III, conclusivo de sua «Nota Preliminar», de que venho sumariamente dando uma amostra, é dedicado mais precisamente aos atributos e caracteres da *História do Brasil* de Frei Vicente do Salvador, e Capistrano o inicia num paralelo em que a confronta com obra do período. De fato, quando o franciscano baiano concluiu, em 1618, a *Crônica da Custódia do Brasil*, um autor, não ainda identificado, compusera numa capitania do Norte, como se dizia então, talvez Pernambuco ou, mais provável, a Paraíba, os *Diálogos das Grandezas do Brasil*, impressos ulteriormente na *Revista do Instituto Arqueológico de Pernambuco* e no *Diário Oficial*, sendo sua primeira tiragem em livro por iniciativa da Academia Brasileira de Letras, em 1930 [com Prefácio de Afrânio Peixoto e Introdução de Capistrano de Abreu]. Frei Vicente deve ter conhecido o autor e pelo menos parte da obra, o que se infere pelos pontos comuns e em especial as vantagens relativas à Bahia. Assim, ele trata em sua *História* de assuntos como: a habitabilidade da zona tórrida, as responsabilidades no atraso da terra, a possibilidade de o Brasil vir a ser centro e refúgio do governo português⁵, a procedência da população indígena. Sobre esta última questão, os *Diálogos* se perdem em especulações hipotéticas, ao passo que Frei Vicente cita a opinião fantasiosa de D. Diogo de Avalos e encerra com este firme argumento: «*Esta opinião não é certa e menos o são outras que não refiro porque não têm fundamento; o certo é que esta gente veio de outra parte, porém donde não se sabe, porque nem entre eles há escritura, nem houve algum autor antigo que deles escrevesse.*» Capistrano assinala que quando as opiniões de ambos coincidem, ele fundamenta as suas com argumento próprio e afirma que ele dominava a cultura da época, sendo versado na literatura latina sagrada e profana, na literatura pátria, leitor de histórias, viagens, poesia, sabendo espanhol e talvez italiano; doutor *in utroque jure*, analisava questões jurídicas com a precisão e concisão do entendido e parecia preferir a teologia aos cânones, sendo que em mais de uma passagem invoca a filosofia e a teologia.

⁵ Seria bom recordar que se estava então na época do domínio filipino.

Até onde lhe foi possível rastreá-las, Capistrano classifica como segue as fontes em que ele bebeu: **1)** obras gerais, que se referiam ao Brasil acidentalmente, como as de João de Barros, Diogo do Couto, Pedro de Mariz, Sachino, Herrera; **2)** obras particulares sobre o Brasil, impressas umas como a história da nau Santo Antônio, a *História da Província de Santa Cruz* de Gandavo, a biografia de Anchieta; inéditas outras como o *Sumário das Armadas*, relações, diários, roteiros, cuja presença um exame atento revela, mesmo quando não restam outros vestígios de sua existência; **3)** comunicações particulares, tradições colhidas nos diversos lugares que percorreu; **4)** documentos semi-oficiais, como justificações, atestados de serviço, inquirições de testemunhas. Documentos oficiais ele não conheceu, salvo um ou outro tratado, e com isso saímos ganhando pelo tom popular e quase folclórico de seu texto. Mas atinha-se ele às fontes com uma fidelidade que descambava para o servilismo. Não obstante, para ousar sua *História do Brasil* sobrava-lhe o amor à terra natal, a certeza que tinha do seu futuro, sentimentos que eram raros naquele tempo, como se constata também nos *Diálogos das Grandezas*. Esse seu amor à terra natal estendia-se assim a tudo quanto nela existia; eis por que narra história de índios sem demonstrar antipatia ou menosprezo.

Discreto nos seus relatos, chega a ser caridoso no trato de alguns casos como o de D. Luís de Vasconcelos, infeliz governador do Brasil, sabidamente filho do arcebispo de Lisboa, de quem Frei Vicente apenas diz que «o arcebispo era muito amigo deste fidalgo», assim como em relação a inúmeros casos semelhantes. Por outro lado, ele se mostra habilidoso na distribuição das matérias que compõem o plano da obra, repartida em cinco livros: o primeiro descreve a terra como a defrontaram os descobridores; o segundo abarca o período dos donatários seguindo uma ordem geográfica; o terceiro termina com a perda da independência de Portugal; o quarto começa com os socorros prestados pelos espanhóis logo depois de Filipe II ter unificado as duas coroas e termina no governo de D. Diogo de Menezes, quando se preparou o grande avanço para o Norte; o quinto começa com a realização

dessa operação sob Gaspar de Sousa, mas por estar incompleto limitou-se à guerra holandesa.

Capistrano observa que o autor pouco se preocupava com o estilo. Posto pudesse escrever com elegância e graça, todavia desenvolvem-se geralmente «*períodos descuidosos, à maneira de contas de rosário debulhadas maquinalmente*». Apreciava ele aliterações e trocadilhos, traços que revelam sua feição bem humorada de frade que não se prendia ao confinamento do claustro; bom humor que se externa ainda no gosto que sentia por manifestações coletivas – como a pesca de corimãs em Magé e a de baleias na Bahia – e pelo cuidado em coligar anedotas para realçar as fisionomias. A mendicância praticada pela ordem permitia-lhe a entrada nas diversas classes sociais, por isso atacado em todas elas; e essa convivência variada fornecia-lhe um enriquecimento jovial. A linguagem mais formal e as citações latinas da dedicatória e do primeiro livro vão sendo substituídos por ditos populares. Às vezes, diz Capistrano, sorri uma ironia delicada nas páginas de sua *História*.

Vale transcrever na íntegra a apreciação final dessa obra – que tanto interesse despertava em Capistrano – com que conclui sua «Nota Preliminar», especulando sobre as conseqüências cognitivas e metodológicas se esse livro tivesse sido publicado e amplamente conhecido desde então, fechando-a com a ironia de sua crítica histórica, quase um programa de historiografia do Brasil colonial:

«Seu livro afinal é uma coleção de documentos, antes reduzidos que redigidos, **mais histórias do Brasil do que história do Brasil**⁶. Isto que talvez esmoreceu o entusiasmo de Manuel Severim de Faria, acostumado a obras vazadas em outros moldes, é o que constitui para nós o encanto e o pico do velho baiano. [Grifado por mim].

⁶ Wilson MARTINS, na apreciação crítica que faz da *História Geral da Civilização Brasileira*, coordenada por Sérgio Buarque de HOLANDA, aplica a esta obra esse comentário de nosso historiador: «Fazendo da necessidade virtude, a *História Geral da Civilização Brasileira* justificava em nome da liberdade intelectual as diferenças de tendências, opiniões e idéias que se mantiveram entre os diversos capítulos (...). Nada disso pôde evitar que essa "História do Brasil" resultasse

Imaginemos que a História de Frei Vicente, em vez de ficar enterrada e perdida tantos anos, viesse logo à luz; as consequências podiam ter sido consideráveis; serviria de modelo.

Os arquivos estavam completos e teriam sido consultados com as limitações impostas pelo tempo. As entradas sertanejas teriam atraído a atenção e o conhecimento delas não ficaria em nomes escoteiros, sem indicações biográficas, sem achegas geográficas, meros "sujeitos sem predicados". Muitas anedotas teriam sido colhidas, quebrando a monotonia pedestre ou solene com que os Rochas Pittas, os Berredos, os Jaboatões afrontaram a publicidade.

Frei Vicente ultimou a **História do Brasil** em 1627; só um século mais tarde saiu Sebastião da Rocha Pitta com uma **História... da América Portuguesa**.

Rio / São Paulo, junho de 1918."

* * *

Dentro da mesma quadra histórica que se seguiu à grande exposição de história e geografia do Brasil promovida pela Biblioteca Nacional, no ano de 1881, sob a direção de Ramiz Galvão e de que Capistrano foi um dos principais colaboradores, talvez até hoje a maior coleta de documentação já produzida no país, inúmeros desdobramentos daí decorreram, dentre os quais a realização da importante série de publicações de documentos raros e fundamentais para nossa historiografia, denominada «Materiaes e Achegas para a Historia e Geographia do Brasil publicados por ordem do Ministério da Fazenda», coleção editada por João Capistrano de Abreu, A. do Valle Cabral e J. B. da Silveira Caldeira (este, diretor da Imprensa Nacional). Servir-me-ei da fundamental «Introdução»⁷ escrita por Capistrano de Abreu para o 1º volume

numa justaposição de textos sobre os diversos temas, sem que se perceba onde está e em que consiste a unidade profunda da "civilização brasileira", o seu caráter distintivo e orgânico; poder-se-ia repetir, e com mais justiça do que Capistrano de Abreu referindo-se ao livro de Frei Vicente do Salvador, que estávamos, de novo, em face das "histórias do Brasil", e não da História do Brasil.» [1979, v. 7, pp. 441-442].

⁷ Além desta «Introdução», a edição crítica deste texto traz inúmeras e importantes **notas** de C. de Abreu. Todavia, para o meu propósito aqui e para não alongar mais esta exposição, trabalharei apenas com aquela.

dessa coleção – *Informações e Fragmentos Históricos do Padre Joseph de Anchieta, S. J. (1584 – 1586)*, Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1886 – a fim de respigar alguns trechos significativos que me ajudem a ilustrar o perfil característico desse incansável pesquisador e arquiteto de nossa historiografia moderna.

Do mesmo modo como considerava a importância de Frei Vicente do Salvador para esse desiderato que orientava seu projeto de estudo de nossa gênese, nosso historiador tinha no Padre Anchieta outra figura notável de nossas fontes primordiais. Sempre auxiliado pela lúcida ajuda de amigos generosos, eis por que ao final deste texto introdutório, entre outras expressões de gratidão ele destaca esta: *«Nestes trabalhos devo agradecimento especial a meu amigo Lino d'Assunção que de Lisboa e Evora tem sido incansavel em mandar documentos e fazer pesquisas que indicamos.»*⁸ Foi, pois, por essa via que obteve cópias dos documentos que serviram de base para essa edição de textos de Anchieta. É um esboço desse trabalho de busca e da importância desse Jesuíta que darei a seguir, estritamente nos passos de Capistrano [1886: VII-XVI].

Ele nos científica de início que as duas *Informações* que agora são editadas existem em manuscrito na biblioteca de Évora em letra contemporânea do s. XVI: a primeira, em português, foi publicada em 1844 na *Revista do Instituto Histórico*, de acordo

⁸ Conforme assinalai, Capistrano sempre despertou real interesse e generosa ajuda de inúmeros e fiéis amigos como Barão do Rio Branco, Lino da Assunção, Barão de Studart, João Lúcio de Azevedo, Oliveira Lima, etc., que atenderam sempre seus insistentes pedidos e lhe propiciaram sem sair do Brasil o acesso aos arquivos espalhados pelo mundo. Mas quem era este amigo português referido por Capistrano no agradecimento supra? Dou a seguir os dados fornecidos por Maria Eduarda dos Santos, que extrai da *BIBLOS – Enciclopédia VERBO das Literaturas de Língua Portuguesa*, tomo I, Lisboa: Editorial Verbo, 1995, p. 443: **«ASSUNÇÃO (Tomás Lino da)** - Jornalista e escritor incansável (Lisboa, 7.5.1844-Paço de Arcos, 1.11.1902). Depois de completar o curso de Condutor de Obras Públicas no Instituto Industrial e de frequentar o curso de Letras, partiu para o Brasil, onde dirigiu o caminho-de-ferro de São Paulo ao Rio de Janeiro. A par do exercício das suas funções, desenvolveu um intenso trabalho jornalístico e literário, escrevendo peças de teatro que fazia, posteriormente, representar, não sem notório sucesso. Refiram-se, a título de exemplo, as comédias em 1 acto – *Maldita Campainha*; *Dormir Acordado*; *A Gramática*, peça de teatro popular; *O Mundo e o Claustro* e *Monsenhor*,

com cópia fornecida por Varnhagen; a segunda, em espanhol, é impressa agora pela primeira vez. Segue-se uma série de fatos e circunstâncias que seu método crítico permite identificar como razões para sua argumentação que justifica por que atribui tais textos ao padre Joseph de Anchieta. Enquanto desenvolve seu trabalho de perquirição de autoria e autenticidade desses documentos, nosso historiador menciona a existências de outros materiais coetâneos e acrescenta que, além das duas *Informações* de 1584 e 1585, ele reuniu na composição deste volume sob o título *Fragmentos Históricos* os trechos que dos *Apontamentos* de Anchieta extraiu o padre Antonio Franco na sua *Imagem da virtude em o Noviciado da Companhia de Jesus no collegio de Coimbra*. Nesta cidade, diz Capistrano, existiam tais documentos levados por Fernão Cardim, ao tempo em que Franco escrevia nos começos do s. XVIII. Indaga Capistrano: ainda existirão? E afirma ter solicitado notícias a esse respeito em Coimbra, pois pressentia que os célebres *Apontamentos* de Anchieta hão de ser achados e se sabia por um trecho de Simão de Vasconcelos que eram divididos em livros. Diz ainda ter notícia que em Roma, na Biblioteca Vittorio Emmanuele, há dois Mss. escritos do tempo de Anchieta: *Historia de la fundacion del colegio de Bahia* e *Historia de la fundacion del colegio del Rio de Janeiro*; e que no Porto há outro Mss. do mesmo tempo: *Historia de la fundacion del colegio de*

e os dramas – *Os Lázarus* e *O Ajuste de Contas*, em 5 actos, e *Eva*, em 4 actos, produzidos no período que decorre entre 1866 e 1889. Mais tarde, ainda no Brasil, fundou com Faro e Oliveira, uma livraria, cujo futuro se mostrou pouco promissor. Tendo fixado residência em Paris durante alguns anos, regressou finalmente a Lisboa, onde colaborou na redação do jornal *O Dia*, que pertencia a um dos seus mais fiéis amigos, António Enes, inspector das Bibliotecas e Arquivos. Por sua influência, desempenhou o cargo de secretário da Biblioteca Nacional; anos depois, substituiu António Enes – então nomeado comissário em Moçambique – como inspector interino, vindo a ocupar definitivamente o lugar após o falecimento do amigo. Foi justamente no desempenho das funções de inspector, que Lino da Assunção tomou contacto com arquivos dos conventos extintos, o que lhe permitiu escrever algumas de suas obras de investigação histórica. OBRAS: *As Freiras do Lorvão* (ensaio de monografia monástica), 1899; *As Monjas de Semide* (reconstituição do viver monástico), 1900; *As Últimas Freiras, História dos Frades, Frades e Freiras*

Pernambuco. Nova indagação do pesquisador: não serão esses os *Apontamentos* de Anchieta? O certo é que o tempo trouxe confirmação aos seus pressentimentos de sabedor dessas coisas.

Contudo, enquanto as cópias não eram chegadas às suas mãos, era tal o valor que lhes atribuía que ousava antecipar seu juízo e sua paixão de pesquisador como se pode ver por este trecho:

«A importância dos *Apontamentos*, a julgar pelos fragmentos aqui reunidos, deve ser grande. Anchieta era um grande observador, sabia reunir pequenos factos característicos, desenhar os retratos com grande nitidez, e dar-nos a sua nota pessoal dos documentos humanos que enfeixava. O que elle escreveu sobre o padre Manuel da Nobrega é mais instructivo psicologicamente que muitos volumes.»

Daqui para frente o texto de sua «Introdução» ocupa-se mais diretamente dos materiais que compõem o volume. Armado desde sua juventude de arguta sensibilidade sociológica e do amplo suporte de seus conhecimentos gerais e em especial antropológicos, Capistrano de Abreu como historiador de boa cepa oscilou sempre dentro de uma fecunda dialética entre uma acurada heurística e uma hermenêutica semiótica, exercidas ambas com invejável e refinada criatividade. Este o seu engenho e sua arte, que fizeram dele um mestre desde cedo.

Eis por que afirma desde logo que das *Informações* há muito que aprender: a falta de açougues, a preguiça da terra e a falta de talento dos estudantes, a pintura dos engenhos, e outros muitos pontos que rasgam perspectivas novas. Mas, imediatamente após,

e Os *Mártires* (estes últimos s/d). Contudo, a sua produção não se restringiu aos domínios mencionados. Escreveu ainda: *Narrativas do Brasil: 1876-1880* (sobre a vida e costumes bras.), 1881; *O Catolicismo da Côte ao Sertão* (caps. de história religiosa), 1891; *Mil e seiscentas léguas pelo Atlântico*, s/d; *Os Jesuítas* (referente ao catolicismo do séc. XVI), s/d; *Fins de Século, a história do seu Tempo*, s/d; *A Vida de Santo António*, s/d; *Um padre com o diabo no corpo* (episódio político-religioso do séc. XVIII), s/d; *As Festas de Outrora* (sobre festas populares), 1894. Refiram-se ainda: *Dicionário de Termos de Architectura, Suas Definições e Noções Históricas*, s/d; *Em Espanha* (a arte e paisagem), 1896; *Miscelânea* (contos) e *Cartas*, s/d.

Capistrano vai desenvolvendo a partir desses materiais suas inferências que esboçam já o núcleo mais denso de sua interpretação do Brasil, fundada na decifração do significado de nossa formação sócio-histórica. Tal núcleo constitui a tese central da historiografia proposta por ele e que pode exprimir-se como a gênese mediante a qual se dá **a progressiva diferenciação entre reinóis e as gentes brasílicas**. O novo homem brasileiro que emerge, nosso povo em sua singularidade, é fruto desse processo. Essa tese que se vai elaborando por fragmentos em inúmeros de seus escritos ao longo dos anos é o fio condutor de todo seu trabalho de historiador. Mas cedamos espaço a seu próprio discurso na força de sua modernidade antecipatória. Com efeito, ele assinalara antes que havia muitos outros pontos identificáveis na documentação em apreço que rasgavam novas perspectivas:

«Chamarei atenção rapidamente para dois delles: o primeiro é que os primitivos colonos achavam a terra melancholica, e tinham razão porque bastavam as privações descriptas ás pp. 20 e 21 e que não eram privativas dos Jesuitas; as cobras que cahiam dos telhados sobre as camas ou mettiam-se nas botas (p. 51), as formigas que obrigavam os moradores todas as noites a andarem de facho a catal-as (p. 52); os receios dos inimigos externos que, segundo Gabriel Soares, os traziam de constantes sobressaltos, bastavam para produzir uma irritação constante. Ora, segundo a bella expressão de Taine, as sensações fazem a sensibilidade. **Por ser nesta terra**, diz-nos Anchieta, p. 38. É o que todo mundo dizia então e pensava.

O segundo ponto é que os filhos de Portuguezes nascidos no Brasil eram tratados com desdem: **faltos de engenhos [talentos]**, diz o Autor p. 37, **afeiçoados aos costumes dos Indios**, diz p. 70. Cousas semelhantes diz elle nas suas cartas, e repetem os contemporâneos.

Este ponto, – o desdem pela terra, o desdem pelos naturaes, **mazombos** como então os chamavam em opposição aos **reinoes** –, é capital em nossa historia, e si quizermos definir em poucas palavras o periodo que começa com o descobrimento de Cabral e remata com a conquista do Maranhão, nem um ha tão caracteristico. Neste periodo que se pode chamar **transoceanico**, de nosso ponto de vista particular ou, segundo

a classificação genial de Ratzel, período da **distribuição periphérica**, é elle que tudo domina, tudo explica e systematisa⁹.

Essa noção de *transoceanismo* com que Capistrano caracteriza o primeiro período de nossa história, ele o faz em função de sua interpretação do Brasil na perspectiva de sua original concepção do significado que captura no conjunto de nosso processo histórico-cultural. É isso que o leva a conceber uma periodização inovadora de nossa história, de perfil bem diverso da visão tradicional, clássica ou oficial. Essas idéias ele já as iniciara desde sua elaboração em germe, ainda muito jovem, aos 21 anos de idade, em sua Província natal, no impressionante ensaio inovador e lúcido *A Literatura Brasileira Contemporânea* [Fortaleza, 1874]; avança um pouco nessa via noutro ensaio esclarecedor que publica um ano após sua chegada à Corte, *O Caráter Nacional e as Origens do Povo Brasileiro* [Rio, 1876]; no segundo ensaio que dedica ao exame da obra de Varnhagen, *Sobre o Visconde de Porto Seguro* [1882], ele examina mais detidamente uma periodização em seis etapas de nossa formação; para sistematizar melhor essas idéias aqui no seu texto que ora apresento e noutros ulteriores. Voltemos, pois, a este em sua seqüência:

«A partir de 1614 abre-se novo período, – o da exploração do interior. Em S. Paulo começara mais cedo, porque a estreita restinga que separa a cordilheira oriental do Oceano, obrigou a galgar-a desde logo; no valle do Amazonas o movimento acelerara-se graças á admiravel rede fluvial que o retalha; na Bahia a posição central do S. Francisco serve como de nucleo coordenador; as bandeiras alastram por todo o paiz; os conquistadores estendem os limites da civilisação; a criação de

⁹ Em nota de pé de página, que resumo aqui, Capistrano traduz uma citação que retirou de RATZEL: *Anthropo-geographie oder Grundzuege der Anwendung der Erdkunde auf die Geschichte*, Stuttgart, 1882, pp. 114-115, sobre a distribuição geográfica dos homens segundo a conformação do território que habitam, dividindo-a em duas grandes categorias: **I.** Distribuição em massa (que comporta os seguintes casos: a) distribuição coesiva; b) distribuição central; c) distribuição periférica; d) distribuição transversal; e) distribuição salteada); e **II.** Distribuição isolada. Tudo isso ilustrado com vários exemplos e comentários.

gado alonga-se por espaços imensos. Emfim em 1697 descobre-se o caminho por terra entre a Bahia e Maranhão pelo Piauí e começa a corrente curiosa e até hoje quasi desconhecida da população que vem do interior para o mar, – corrente que liga toda a história do Norte, e **que permite apresentá-la como uma unidade. Já então ia desaparecendo o desdem pela terra e pelos mazombos.** [Grifado por *mtm*].

Emfim abre-se com os primeiros annos do seculo passado [s. XVIII] o periodo das minas, e rebenta verdadeira revolução psicologica. Não se precisa ler os dythirambos entusiastas de Rocha Pitta, basta meditar nas paginas de André João Antonil, ou, – para dizer o verdadeiro nome, João Antonio Andreoni, porque Antonil era pseudonymo, – para ver o entusiasmo que a terra despertava. Basta lembrar as pequenas rusgas que havia com os reinos, – a prohibição de serem vereadores aqui no Rio, as guerras contra os Emboabas em Minas Geraes, as guerras dos Mascates em Pernambuco, para medir a differença que havia deste para o periodo transoceanico, para sentir que os desdenhados não eram mais os mazombos e caboclos.

Cada um destes períodos espero poder estudar em outra occasião – o de 1500 a 1614 na introdução á ***História do Brasil*** de Frei Vicente do Salvador que termina em 1627; o de 1615 a 1700, a proposito da missão de Frei Martim de Nantes, ou da obra inédita de Andreoni, si está em Napoles como supponho, e obtiver cópia, como espero; o das Minas a proposito da ***Informação*** de Pedro Taques.» [pp. XII-XIII].

Esta admirável página de síntese – típica das reflexões historiográficas de Capistrano –, que o afasta do relato neutro e linear para ascender à interpretação do que examina, como a fundamentar sua tese, distancia-o também do objeto, como ele próprio o diz: *«Estas considerações têm-me levado para longe de Anchieta...»* Esboça, então, dados biográficos do Jesuíta, sua excelente formação, seu percurso missionário no Brasil e livros escritos. Encerra sua «Introdução» com algumas explicações pessoais sobre seu trabalho relativo a estes documentos que ora edita, sobre as medidas tomadas na preparação dos textos, como a de que *«traduzi ou antes abrisileirei a segunda Informação»*, e sobre as **notas** explicativas que inseriu no volume; ele a assina do *«Rio, 13 de julho de 1886»*.

Creio ter dado acima duas pequenas amostras significativas do perfil intelectual e humano de Capistrano de Abreu no trato das coisas do Brasil, de sua paixão pela construção inovadora e crítica da história pátria e do empenho com que se houve nesse seu desiderato durante mais de 50 anos de estudo e investigação, desde sua juventude na Província até praticamente os dias que antecederam a sua morte (Rio, 13.8.1927).

Quão distante é esse retrato que ressuma de sua real existência e do enorme fruto de seu trabalho daquela feição distorcida que se infere da volumosa massa do anedotário caricatural que acompanhou sua vida sem descontinuar. Seu espírito rebelde e analítico, avesso à lisonja e à apologética das fraudes intelectuais, dava-lhe a aparência enganosa de figura intratável e misantropa, na verdade sinal vivo de contradição. Dou aqui, a título comparativo, apenas um ou dois exemplos dessa mesquinharía maledicente e mundana que infestava a vida cultural da Corte e primeiras décadas da República, e que perdura por certo em nossos dias. Tomarei como exemplo paradigmático o escritor Humberto de Campos e seu *Diário Secreto*, repositório de relatos e casos nascidos dessa comadrice frívola e bisbilhoteira. Eis um registro que retiro do primeiro volume da referida obra:

«Sábado, 15 de setembro de 1928.

Constâncio Alves contava-me na Academia episódios da vida de Capistrano de Abreu, seu companheiro na Biblioteca Nacional.

Às vezes, ao ler uma obra sobre o Brasil colonial, nascia-lhe uma dúvida sobre a data em que chegara ao Brasil este ou aquele aventureiro secundário, vindo do Reino. Após coçar a cabeça e a barba hirsuta, o velho pesquisador não se detinha. Ia às estantes, fazia descer volumes e mais volumes, abria um, abria outro, e ia percorrendo as páginas, roçando nelas o nariz, devido ao cansaço da vista. Ao fim de dois dias de perquirição, a mesa não tinha mais lugar para o trabalho, nem a cadeira, para que ele se sentasse. Afinal, era encontrada a data misteriosa. Capistrano lia-a, e, sem tomar uma nota, fechava o volume, e mandava arrumar tudo.

E nunca mais pensava no assunto, provando assim, que ele pesquisava mais por uma curiosidade própria do que com o intuito altruístico de esclarecer os outros.” [Vol. I, 1954: 278-9].

É difícil imaginar Capistrano de Abreu, com seu espírito arguto sempre armado dos mais cruciais questionamentos de nossa história e de uma dedicação desmesurada ao esforço de construção de sua arquitetônica inovadora e crítica, enquadrar-se nessa personagem caricatural e alienada! Não é este o homem e o pesquisador que deparamos ao compulsar, por exemplo, sua copiosa *Correspondência*. Mas vejamos este outro relato de data anterior, feito cinco meses após a morte de nosso historiador:

«Sexta-feira, 27 de janeiro de 1928:

A propósito de Capistrano de Abreu, cuja obra esparsa os amigos e discípulos, entre os quais está ele, pretendem coordenar e publicar, conta-me Manuel Bomfim que este se identificava de tal maneira com as figuras do passado, que, ao estudá-las, tinha, parece, a sensação de viver entre elas.

E refere um episódio. Capistrano nutria por Frei Vicente do Salvador, mais do que admiração, uma espécie de religião. Editara a sua *História do Brasil*, anotara-a, e amava-o como a um amigo vivo.

– Um dia – adianta Bomfim – encontrei-o na rua. Parecia-me acabrunhado, sucumbido. Supu-lo doente, ou vítima de uma desgraça.

– “Você não imagina como tenho andado aborrecido!” – confessou. – “Sabe o que foi que eu descobri?”

E ante o espanto do outro:

– “Descobri, apurei, verifiquei, que a mãe de Frei Vicente foi uma viciosa, uma desonesta, uma senhora de vida escandalosa!...”

E despedindo-se, irritado e desolado:

– “Para que diabo foi essa mulher cair na prostituição?!...”
[p. 111].

E acrescento enfim a este mostruário caricatural de Capistrano, o retrato malicioso e bem-humorado do célebre soneto de Américo Façó:

*Olhos semicerrados de quem poupa
A luz dos próprios olhos... indolente...
Cabelos, barbas de esfiada estopa,
Para trás, para os lados, para a frente...*

*Uns ares filosóficos de gente
A quem a vida vai de vento em popa...
Liga mais ao passado que ao presente,
E liga à vida como liga à roupa.*

*Calçado sem tacão, chapéu sem aba...
Pobre, com aparência de usurário,
E ao mesmo tempo de morubixaba:*

*Tal este é o Capistrano, o bem-amado
Velho erudito, o vivo Dicionário
da História Pátria... mal encadernado!*

Não era, porém, decerto, essa a figura verdadeira desse estudioso desprendido e simples, desse homem afetuoso e de caráter íntegro, que encontramos no testemunho sincero de seus amigos e colaboradores, pertencentes ao que havia de melhor na inteligência brasileira de seu tempo. Poderia eu mencionar, por exemplo, trechos inteiros do depoimento comovente e generoso contido no discurso rico de comentários esclarecedores sobre o estilo cognitivo e a personalidade onímoda e cativante de Capistrano de Abreu, proferido por João Pandiá Calógeras, esse discípulo fiel e sincero amigo, na sessão do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil de homenagem póstuma (1927), de que retiro apenas este trecho: *“... e só no recesso precioso e raro de sua amizade revelava o que era: alma luminosa de carinho e intelligencia, sentimentalismo profundo e infinita doçura. Somente, eram relativamente poucos os que o conheciam bem. (...) Em outra esphera de acção, publica esta, suas manifestações de amor aos homens e á terra revelavam-se nos gestos de perdulario, com que a mancheias dsitribuia seu inesgottavel patrimonio de estudos, de descobertas e*

de geniaes intuições. Nunca houve prodigalidade mais fabulosa que a dos thesouros mentaes de Capistrano. Esses, nem sequer reservava aos afeiçoados. Bastava consultar e pedir: como no Evangelho, batia-se á porta e esta se abria...» [1927: 267]. Portanto, para concluir esta primeira parte de minha exposição com algo do mesmo teor, evoco seu grande amigo Eduardo Prado, que o admirava a tal ponto que vinha de São Paulo buscar Capistrano para temporadas em sua fazenda. Quando um dia foi apresentado pela primeira vez a Capistrano, este deixou tão forte impressão no escritor paulista que ele registrou em suas anotações:

«... é um armazém de sabedoria, com suas portas abertas dia e noite.»¹⁰

II

O Significado de sua Obra

«Feito o cômputo dos seus escritos, se verá quão vasto foi seu influxo.»

Talvez esse cômputo seja facilmente realizável e até já foi feito em grande parte, segundo comprovam os levantamentos bibliográficos e as reproduções de seus escritos principais. Dificilmente, porém, saber-se-á com segurança a amplitude de sua obra que se derramou por vias incontáveis e imprevisíveis nas relações numerosas de sua generosidade intelectual e nas orientações que espargiu sem medidas; menos ainda saberemos a dimensão de seu influxo que perdura ainda hoje: não só a geração dos grandes intérpretes do Brasil dos anos 30 e 40 do passado século constituem frutos renovados de seu legado, como a proliferação de debates e novos estudos que se produziram em torno das comemorações de seu Sesquicentenário são uma demonstração da força viva desse patrimônio.

¹⁰ Apud MOTA FILHO, Cândido: *A Vida de Eduardo Prado*, 1967, p. 55.

Penso que mais penoso ainda é esclarecer certo grau de enigma que acompanha o seu percurso intelectual. Como explicar que uma criança que se revelaria aos poucos um temperamento rebelde e autônomo, nascida em área sertaneja de numa Província reconhecidamente pobre, nos idos de 1853 (23 de outubro), com um sistema frágil de ensino e relativo isolamento cultural, tenha superado essas barreiras e percalços a ponto de atingir as culminâncias da vida intelectual do País e intervir fortemente nos rumos de seu progresso neste domínio?

Ele constitui um caso extraordinário de autodidatismo, de um *self-made-man* no campo intelectual, coisa rara sem as deturpações da ausência de orientação. Mas ele próprio, na sua honestidade de espírito, lamentar-se-á mais tarde das incertezas de seu autodidatismo, quando, preocupado com certas questões que ainda não dominava e refletindo sobre a formação dos filhos, os punha nos melhores colégios do Rio de Janeiro, dizia em carta para Mário de Alencar, de 17 de agosto de 1901: *“Estou lendo **Economia Política** de Schmoller, que é um livro monumental. Quando me lembro que por certas críticas fideindignas, como hoje reconheço, passei tantos anos sem fazer conhecimento com esse espírito tão superior e luminoso, com cuja privança podia ter adiantado anos, fico triste. Fraco consolo é saber que se Abril¹¹ tiver gosto por estudos congêneres, **não será condenado à aprendizagem de cabra-cega**, de que não me foi dado escapar.”* [CCA, tomo I, pp. 204-205 – o grifado é meu].

Todavia, como se deu que, repito, a despeito dessas dificuldades, ele tenha conquistado tão invejável grau de competência e saber? Afrânio Coutinho, num ensaio mais geral em que examina paralelamente também Euclydes da Cunha e Araripe Júnior [1976: 103-143], enfrentou essa discussão especificamente para o caso de Capistrano de Abreu, apontando razões que no meu entender são nitidamente frágeis. Não pretendo, porém, discutir essa questão aqui, visto que isso me distanciaria do meu propósito estrito e

¹¹ **Abril** era o apelido carinhoso com que Capistrano se referia na intimidade ao filho Fernando, que pusera a estudar no Colégio dos Jesuítas em Friburgo, Estado do Rio.

implicaria um estudo minucioso apoiado no mínimo por uma sociologia da vida intelectual brasileira no período de 1870 a 1930. Darei apenas a seguir rápido esboço de seu percurso, assaz conhecidas dos estudiosos.

Feitos seus estudos primários, inicialmente nas proximidades da propriedade paterna em Columinjuba e depois em Fortaleza, onde entre outros estabelecimentos foi matriculado no Seminário Diocesano, e, sempre interpretado como indisciplinado por sua aversão às soporíferas regras escolares e por suas escolhas livres em matéria de estudo, era convidado a se retirar para emendar sua conduta; iniciou assim desde 1862 os estudos secundários ainda na capital de sua província e no Recife, onde centrado em suas buscas nas bibliotecas e livrarias não chegou a concluir os exames preparatórios, mas foi solidificando seu próprio rumo intelectual, de 1869 a 1871. Retorna ao Ceará neste ano e aí passa a conviver com jovens estudiosos de que Fortaleza era um celeiro.

É mister assinalar que até por volta de 1870 as províncias do Norte, como então se dizia, em especial Bahia, Pernambuco e Maranhão tinham forte presença econômica, política e cultural no conjunto do País, e a capital do Ceará, a despeito da modéstia de seu porte, começava a despontar como um centro cultural significativo. Capistrano já havia recolhido alguma influência da liderança que exercera Tobias Barreto sobre a concentração de jovens intelectuais no Recife em consequência do influxo da Escola de Direito em Olinda.

Tais capitais receberam e foram agitadas pelos ventos da renovação mental que sacudiram a Europa e se espalharam por suas áreas de influência. *Um bando de idéias novas*, dizia Sílvio Romero, sobrevoava suas cabeças e agitava o Brasil; e ele completava: *«O decênio que vai de 1868 a 1878 é o mais notável de quantos no século XIX constituíram a nossa vida espiritual. Quem não viveu nesse tempo não conhece por não ter sentido em si as mais profundas comoções da alma nacional.»* [Apud CRUZ COSTA, 1956: 112]. Mas o ano de 1870 marca simbolicamente, também, o ponto de inflexão de intensas transformações do país, que vê seu centro dinâmico deslocar-se nitidamente para o Sudeste.

Nessa quadra, em Fortaleza, formam-se inúmeros grupos e grêmios literários e científicos, dentre os quais se destaca, entre 1872-1875, aquele que se reunia sob a liderança de Rocha Lima e que por galhofa recebeu o nome de "Academia Francesa"¹², pelo qual ficou conhecido e do qual Capistrano participou intensamente, onde inclusive apresenta seus primeiros trabalhos, em que já se via a amplitude de seus conhecimentos e a força de seu argumento.

Em abril de 1875, desembarca na Corte, deixando definitivamente de sua Província. Na cidade do Rio de Janeiro, que adota como sua, já trazia então consigo consistente bagagem cultural apesar da pouca idade, emprega-se na Livraria Garnier, dá aulas no Colégio Aquino a partir de julho de 1876¹³ e vai consolidando a sua formação e marcando presença ativa sobretudo pelo exercício da crítica na imprensa¹⁴. Sua entrada por concurso para a Biblioteca Nacional, em 1879, marca o momento definitivo de sua grande aprendizagem no território da História e ciências auxiliares, pelo convívio com os grandes textos e o contacto ativo com os acervos de arquivos documentais de nossa história. Com o concurso para a cátedra de Corografia e História do Brasil do Imperial Colégio Pedro II, em 1883, define-se mais claramente seu

¹² Sobre a importância e alcance dessa fase, bem como do ambiente cultural de que emergiu a referida agremiação, ver o capítulo que lhe dedicou Dolor BARREIRA, no primeiro tomo de sua *História da Literatura Cearense*, 4 vols., Fortaleza: Editora do Instituto do Ceará, 1948, 1951, 1954 e 1962. Ou ainda o importante tópico que lhe dedica Wilson MARTINS (1977, vol. III, pp. 393 e ss.), onde, além de assinalar a convergência de perspectiva cultural desse grupo com a chamada "Escola do Recife" e a base comum das doutrinas que os iluminavam (anticlericalismo, cientificismo, materialismo, maçonaria, liberalismo filosófico, etc.), ele observa com argúcia que, *para além dos seus aspectos especificamente ideológicos, esses grupos significavam também evidente "nacionalização", não do pensamento brasileiro, mas da nossa vida intelectual...* [p. 393].

¹³ Teve aí como alunos, entre outros, Olavo Bilac, Jaci Monteiro, os irmãos Edmundo e Sebastião Lacerda, Moreira Guimarães, Raimundo Correia; e, como colegas, Fausto Barreto, Campos da Paz e outros. Dentre os que foram seus discípulos, houve quem afirmasse que, por ser um estudioso voraz, Capistrano substituíra nessa época quase todos os professores.

¹⁴ Vale salientar aqui o apoio que recebeu de José de Alencar, que conhecera ainda no Ceará [1874] e a quem se ligara por amizade e admiração, amizade que se transfere depois para o filho Mário de Alencar. Com efeito, o romancista cearense,

rumo profissional e o reconhecimento de sua vocação de historiador, quando transita de sua fase, digamos, propedêutica para seu grande período produtivo que vai até o final de seus dias. Sua existência daí para frente é marcada, sobretudo, por esta atividade intelectual que se expressa de múltiplas formas e vias, mais especialmente no que tange à história pátria, em que acumulou o mais respeitável saber, mas sem deixar o interesse pela literatura, a geografia, a lingüística, a etnologia e etnografia indígenas, etc.

Os que examinaram sua contribuição, como, dentre outros, Afrânio Coutinho e José Honório Rodrigues, são unânimes em reconhecer que a parte mais significativa de seu legado consiste na orientação metodológica segura (e que beberá, sobretudo, dos alemães¹⁵), no amor entranhado e incansável à pesquisa, no culto à busca de fontes documentais e descoberta dos acervos arquivais, no rigor da coleta de dados, etc. Sua filosofia da história e sua concepção teórico-metodológica derivam evidentemente do horizonte mental em que formou seu espírito: Comte, Taine, Buckle, Spencer, Ratzel, Ranke, etc. O clima cientificista mais que o positivismo como tal, e o evolucionismo filosófico e sociológico asseguraram os fundamentos de sua teoria da história, de sua interpretação do passado brasileiro, de sua concepção da crítica literária.

Mas, do mesmo modo que sua rebeldia escolar na adolescência, com o saber da maturidade livrar-se-á pouco a pouco da

como fizera antes com Castro Alves divulgando-o para o país por meio de carta de apresentação para Machado de Assis, fazia agora o mesmo com seu conterrâneo Capistrano de Abreu, em carta elogiosa para Joaquim Serra (parlamentar, poeta, homem de imprensa maranhense atuando no Rio, é o Patrono da cadeira nº 21, da Academia Brasileira de Letras, escolhido por Patrocínio): *«Nas minhas pesquisas fui auxiliado por um jovem patricio meu, o Sr. João Capistrano de Abreu, notável por seu talento, entre tantos que pululam da seiva exuberante desta nossa terra, que Deus fez ainda mais rica de inteligência, do que de ouro. Esse moço, que já é fácil e elegante escritor, aspira ao estágio na imprensa da Corte. Creio eu, que além de granjear nele um prestante colaborador, teria o jornalismo fluminense a fortuna de franquear a um homem de futuro, o caminho da glória, que lhe estão obstruindo uns acidentes mínimos.»* [Apud MARTINS, Wilson: 1977, vol. III, p. 464].

¹⁵ Em relação a essa reviravolta nas coordenadas mentais que fez Capistrano transitar decididamente de sua concepção positivista inicial rumo ao realismo crítico alemão, importa examinar o texto esclarecedor de José Honório RODRIGUES sobre

camisa de força ideológica dessas doutrinas que habitaram sua mentalidade inicial, e ampliando seus suportes teóricos com novos conhecimentos (filosofia, economia, psicologia, etc.), alarga o ângulo de visão de sua interpretação da civilização brasileira, ponto nodal de suas preocupações de pesquisador. A partir desses horizontes teórico-críticos, elaborou a arquitetura de sua interpretação de nossa formação, apoiando-se em especial na antropogeografia e na sociologia. Todavia – assinala ainda Afrânio Coutinho [2001] – da antiga influência que bebeu em Buckle é que retirou o princípio anticarlyliano e anti-heroificante de interpretação histórica, pelo qual sempre atribuiu maior importância ao povo, aos seres humanos, ao homem comum, anônimo, desconhecido, trabalhador, colonizador, jesuíta, sertanista, bandeirante. Em função dessa concepção anti-heróica, é que desprezou a maioria das exaltações patrioteiras de nossa historiografia tradicional ou oficial. Portanto, seu perfil se caracteriza por ajuntar uma metódica ao lado da teoria: *«Objetivo, beneditino, paciente, dotado de faro das pistas certas, partia rigorosamente do documento, que esmiuçava, analisava, cotejava, com zelo, cuidado, paixão, antes de tirar a conclusão, a interpretação. Não tinha idéias preconcebidas. As suas vinham-lhe indutivamente do exame do documento próprio, autêntico, que submetia à mais rigorosa crítica. Outra característica a ser assinalada em Capistrano de Abreu é a qualidade de sua prosa. Desde os primeiros ensaios provincianos, já se revelava o escritor senhor de um estilo conciso, enxuto, fluido, traços que se aperfeiçoaram com o correr dos anos. Inclina-se, sobretudo, para as correntes subterrâneas de ordem social, econômica ou espiritual que impulsionaram os homens, do que para o relato minucioso e cronológico dos fatos. Ao lado do historiador, houve em Capistrano de Abreu um crítico literário nato, que infelizmente não passou de ensaios datados do início de sua carreira intelectual, alguns dos quais podem figurar ao lado das mais altas páginas da crítica literária brasileira, reveladoras de um crítico de singular capacidade, segurança e sensibilidade. As suas idéias centrais, nesse campo, são oriundas do acervo doutrinário da época, enfeixadas no positivismo, determinismo, evolucionismo, ambientalismo. Assim, à in-*

fluência das forças físicas (clima, solo, alimento) deve-se a formação da sociedade brasileira e do caráter dos homens. São expressões dessa influência os contos populares, a música, a modinha, o estilo de falar a língua portuguesa. Assim, estuda ele o que decorreu nos tempos coloniais em termos de literatura, e mais algumas figuras contemporâneas, como Junqueira Freire, Casimiro de Abreu, Pompéia. De sua interpretação da literatura brasileira ficou uma contribuição importante: foi dos primeiros a chamar a atenção para o estudo dos contos populares.” – na excelente síntese de Afrânio Coutinho [2001: 145].

* * *

Não é fácil proceder a um balanço consciencioso e justo da obra deste estudioso incansável. Poder-se-ia dizer que, *grosso modo*, sua atividade de crítico e, sobretudo, de historiador pode ser repartida em quatro vertentes principais: **1ª** - sua inicial atividade de **crítica literário-cultural**; **2ª** - o amplo exercício da **crítica historiográfica**, quase sempre voltada para a avaliação e a integração dos estudos sobre o Brasil; **3ª** - o esforço não descontinuado e persistente de **pesquisa documental**, que o levou a descobertas primordiais, a identificações de autoria e a edições críticas de textos fundamentais de nossa historiografia; **4ª** - **seus próprios trabalhos históricos**.

Como deve ter ficado claro pelo que expus até aqui, Capistrano, estribado num saber multiforme em permanente diálogo com as Ciências Sociais, inclinava-se a submeter à crítica severa e competente praticamente tudo quanto de significativo se publicou durante sua longa vida ativa de intelectual empenhado. Isso fica claro desde logo nas duas primeiras vertentes mencionadas acima: a primeira exercida primordialmente na sua juventude, desde os tempos da Província natal, quando já demonstrava o vigor de seu espírito analítico e a consistência de seus conhecimentos, mas um labor que não descontinuou de todo, embora arrefecesse com a dominante atividade de historiador que ocupa seus interesses teóricos e temáticos em especial a partir de 1880,

sobretudo em relação à historiografia antecedente: esses trabalhos estão em grande parte compendiados nos quatro volumes de seus *Ensaio e Estudos*. Na terceira vertente de sua contribuição, podem ser assinalados dentre outros: 1) a descoberta e a publicação anotada sobre a edição de 1618 dos *Diálogos das Grandezas do Brasil*, cuja autoria identificou e cuja importância não cansava de acentuar; 2) a já mencionada localização e edição crítica da *História do Brasil* de Frei Vicente do Salvador [1627], aliás, um dos mais perfeitos modelos de edição crítica já publicados entre nós; 3) seu notável êxito na identificação do autor de *Cultura e Opulência do Brasil* [1711] como sendo o jesuíta João Antonio Adreoni; 4) a edição das *Cartas Jesuíticas*, das quais a de Anchieta é obra sua e a de Nóbrega foi feita com sua ajuda; 5) a documentação relativa aos processos da Inquisição de 1591-1595; etc. Enfim, compõem a quarta vertente de sua atividade, dentre outros trabalhos seus, os livros: *O Descobrimento do Brasil*, *Caminhos Antigos e o Povoamento do Brasil* e *Capítulos de História Colonial (1500-1800)*.

Estou consciente do caráter ligeiro ou sumário dessa classificação, visto que, em verdade, a obra de Capistrano não se esgota aí¹⁶. Legitimamente, dever-se-ia incluir no seu conjunto os 4 volumes valiosos do precioso repositório para a historiografia nacional que é a sua *Correspondência*. Sem falar de sua ação difusa e imponderável como professor, orientador e amigo, em que espargiu o seu saber generosamente por mais de meio século.

Quanto à importância de sua obra e ao significado da influência que esta exerceu sobre a cultura letrada do País, por medida de parcimônia e para não mais alongar esta exposição limitar-me-ei, embora sabendo do caráter mais ou menos arbitrário da escolha, à apreciação de dois de seus trabalhos principais: *Caminhos Antigos e Povoamento do Brasil* e *Capítulos de História Colonial (1500-1800)*.

¹⁶ Fica evidente que, para simplificar a classificação proposta, deixei de mencionar as inúmeras **traduções** que realizou Capistrano e em particular seus extraordinários estudos de lingüística e etnografia indígenas. [V. BIBLIOGRAFIA no final].

A primeira dessas obras¹⁷ constitui um dos mais importantes trabalhos de historiografia e de história do Brasil saído do labor permanente, original e inovador de Capistrano de Abreu. Mas, fato singular, ele não a escreveu como tal. Com efeito, morto o historiador em 1927, esta obra só veio a lume pela primeira vez em 1930 sob os auspícios da Sociedade Capistrano de Abreu e pelo esforço coordenador dos sócios desta instituição que se propôs como tarefa fundamental reeditar os seus trabalhos e coletar os seus dispersos e inéditos.

Sabiamente agiu esse grêmio, que acolhia entre seus membros amplo quadro de amigos e admiradores do autor, alguns dos quais eram decerto dos melhores representantes da inteligência nacional e de outras partes do mundo, ao decidir incluir no plano de publicação das obras de seu patrono este texto fundamental de nossa historiografia moderna. Esta obra, portanto, compendia ensaios ora curtos, ora mais longos e densos como aquele que dá título ao livro, os quais, divulgados na imprensa ou em revistas especializadas, cobrem um período que vai de 1887, data da publicação inicial de «Os Primeiros Descobridores de Minas», até 1928, quando Paulo Prado revela em seu *Retrato do Brasil* texto de Capistrano de Abreu sobre o «Esquema das Bandeiras». Ao todo, portanto, dez capítulos que se articulam ao longo do tempo de sua produção para exumar da documentação por quais vias foram se intercomunicando as várias partes do que veio a ser o que

¹⁷ *Caminhos Antigos e Povoamento do Brasil* teve até o presente as seguintes edições: • 1ª Edição: Sociedade Capistrano de Abreu e Livraria Briguiet, Rio de Janeiro, 1930. • 2ª Edição: Sociedade Capistrano de Abreu e Livraria Briguiet, Rio de Janeiro, 1960. • 3ª Edição: Universidade de Brasília, Brasília, 1963, em conjunto com *Capítulos de História Colonial*. [José Honório Rodrigues, que cuidou da reedição das Obras de Capistrano de Abreu nos anos 1970, dá esta por engano como 2ª edição]. • 4ª Edição: Civilização Brasileira / INL, Rio de Janeiro, 1975. • 5ª Edição: Itatiaia, Belo Horizonte / Edusp, São Paulo, 1988. • 6ª Edição: Xerox do Brasil / Câmara Brasileira do Livro, São Paulo, 1996. [Edição Fac-similar da 1ª edição de 1930]. • 7ª Edição: UFC – Casa de José de Alencar, Coleção 'Alagadiço Novo', vol. 200, Fortaleza, 1999. [O editor, Prof. Antônio Martins Filho, por equívoco, dá esta como sendo a 3ª edição da obra]. • 8ª Edição: Edições Demócrito Rocha, Fortaleza, 2004. [Edição comemorativa do Sesquicentenário de nascimento de Capistrano de Abreu].

conhecemos hoje como Brasil, de modo a assegurar a conquista e ocupação de seu vasto território para muito além das restrições do convênio de Tordesilhas.

Além do extremo cuidado com a expressão verbal de seu pensamento numa linguagem elegante e correta, seguindo um paradigma de historiografia que aliava, conforme já assinaléi antes, ao mesmo tempo segura heurística e sutil hermenêutica, o estilo de Capistrano de Abreu se caracteriza nitidamente por admirável poder de síntese que propõe o máximo da informação essencial numa estrutura textual concisa, de frases freqüentes vezes invertidas e de léxico rico e inesperado.

O que mais impressiona o leitor atento deste e de outros trabalhos do autor é o agudo senso crítico de pesquisador, armado de questionamentos múltiplos e de profundos conhecimentos geográficos, bebidos em seu tempo, de autores, sobretudo, alemães, que estudou e traduziu para o português, ampliando-lhes as obras no concernente ao Brasil, e que o levaram à compreensão de que, historicamente, o território de uma nação não se pode confundir com a ilusória imagem propiciada pela cartografia acabada de manuais escolares, mas que constitui antes lento e cruento processo de destruição e reconstrução mediante lutas e conquistas que foram desenhando aos poucos o perfil sociocultural do chão desta nação e o retrato multiforme de um povo que se configurou pelos conflitantes encontros das etnias que participaram dessa humana aventura. Portanto, um processo de invenção e produção históricas profundamente agonístico.

Eis por que, excluindo de sua síntese os territórios das fronteiras que obedeciam a outras considerações, ele parte, justamente no ensaio original que deu o título a este livro, de indagação crucial que, apoiada numa como metáfora ou analogia aquática (pois sabia que os rios constituíam as estradas móveis preferenciais dessa conquista dos sertões), vai orientar ao longo de seu labor investigatório os vários trabalhos que compõem esta obra: ***«pode reduzir-se o povoamento de nossa terra a algumas linhas principais, como num país as águas se somam em algumas bacias preponderantes?»*** [1960: 62 – grifado por mim]. De

fato, seus estudos e, sobretudo, após revisar como se deram os quatro principais movimentos de ocupação espacial [pp. 129-134], fundamentando conclusões segundo as quais tais movimentos principais de cujos focos – de São Vicente (e, posteriormente, de São Sebastião), da Bahia, de Pernambuco e do Maranhão – partiram as penetrações que completaram, imperfeitamente embora, a nossa arquitetônica territorial já nos inícios do século XVIII, permitiram-lhe formular outra inquietante questão crucial para a interpretação de nossa formação: ***«Chegar-se-ia a formar um conjunto, uma nacionalidade? O sistema colonial era a divergência, o particularismo; o centro ficava além mar.»*** [p. 133 – o grifado é meu]. Segue-se, enfim, no texto de nosso historiador, admirável síntese de como se processou a convergência das partes e, após mostrar como se deu a primazia da cidade de S. Sebastião sobre as demais regiões, por isso escolhida depois para sediar a Corte, Capistrano conclui reflexivo: *«se não foi aqui que primeiro se concebeu a idéia de uma nação, aqui pelo menos se realizou este sonho que bem perto esteve de esvair-se como sonho.»* [p. 134].

Gostaria de acrescentar algumas reflexões e dados complementares sobre essa temática, em convergência com essa imagem simultaneamente geográfica e histórica do Brasil que percorre boa parte das investigações de Capistrano de Abreu, especialmente em seus estudos sobre os caminhos antigos que foram sendo construídos ao longo de nossa formação histórica e o povoamento dos sertões como contrapartida da civilização litorânea mais voltada para Europa em seu transoceanismo, conforme se constata nos trabalhos que compõem este livro em exame, bem como na longa parte que dedicou ao tema em *Capítulos de História Colonial*. Com efeito, a partir dos anos 50 do século XIX, segundo se infere das obras então publicadas sobre o Brasil, percebe-se a emergência cada vez mais nítida da existência de uma aguda consciência de uma *entidade brasileira*. Nosso imaginário letrado empenhava-se na percepção e na invenção de nossa ontologia nacional. Nessa perspectiva, é interessante o que assinala Wilson Martins na sua bem informada *História da Inteligência Brasileira* [1977, vol III, pp. 132-134]: no ano de 1861, as três obras mais

importantes que vieram à luz foram o *Tratado de Geografia Elementar, Física, Histórica, Eclesiástica e Política do Império do Brasil*, de J. G. Amadeo Moure e V. A. Malte Brun; o *Lições de História do Brasil*, de Joaquim Manuel de Macedo; e um verdadeiro monumento de erudição geográfica e histórica que foi *L'Oyapoc et l'Amazoné*¹⁸, de Joaquim Caetano da Silva (1810-1873). As duas primeiras, por sua destinação didática, exerceram forte influência sobre várias gerações, modelando seu espírito dentro de um paradigma de saber nacional e constituindo, juntamente com Varnhagen, a visão oficial da nossa história. Todavia, inserida nessa quadra e na perspectiva assinalada, assume enorme destaque a obra de Joaquim Caetano da Silva, cujo nome Capistrano de Abreu considerava – no seu segundo ensaio crítico sobre Varnhagen [1882], escrito aos 29 anos de idade – dever *«ser sempre lembrado com respeito, pois é o homem mais erudito que o Brasil tem dado»*, e, ao criticar aí a historiografia brasileira de então, dizia ele não haver ninguém capaz de escrever uma história do Brasil; e, com fina sensibilidade, aduzia as razões: *«cada século exige certas qualidades especiais de quem o estuda. O século XVI exige aptidões, que no século XVII são dispensáveis. O século XVIII, por seu lado, põe em jogo faculdades novas. Ora, no Instituto Histórico, todos os que se entregam às investigações, têm aptidões para estudar principalmente a história contemporânea, e são insensíveis à nossa história primitiva. Até agora, apenas Cândido Mendes destoou. Varnhagen não dispunha inteiramente das qualidades necessárias para o estudo dos três séculos, mas possuía-as até certo grau. Só dois brasileiros poderiam escrever a história de nossa pátria melhor que ele o fez – João Caetano da Silva com sua perspicácia maravilhosa, com sua lucidez de espírito, com seu gosto de minúcias, com seu estilo-álgebra, com seu saber inverossímil; e João Francisco Lisboa...»* [grifo meu].

E Wilson Martins atualiza essa apreciação de Capistrano ao insistir:

¹⁸ Cf. SILVA, Joaquim Caetano da: *L'Oyapoc et l'Amazoné*, 2 vols. Paris: Martinet, 1861. [Reedição póstuma: *L'Oyapoc et l'Amazoné – Question Brésilienne et Française*, 2 vols. Rio de Janeiro, 1893].

«Contudo, e não obstante os elogios rituais que sempre acompanham o nome de Joaquim Caetano da Silva, *L'Oyapoc et l'Amazonie* está longe de desfrutar, em nossas letras, da posição absolutamente excepcional que lhe compete, ao lado, digamos, de *Os Sertões* e de *Casa-Grande & Senzala*. Trata-se de um livro extremamente bem escrito e sabiamente estruturado, no qual a incomparável solidez científica, por todos reconhecida, não é superior à perfeição da forma e fluência estilística; é um livro de geografia histórica ou de história geográfica que se lê com prazer e encanto. (...)

Nenhum livro mais do que esse exprime a consciência de uma entidade brasileira, porque, é evidente, não se trata apenas de uma questão de fronteiras – quero dizer que Joaquim Caetano da Silva **não a viu apenas como uma questão de fronteiras** (o que Rio-Branco, por definição, foi obrigado a fazer); acrescenta-se que, lendo o seu trabalho, capítulo por capítulo, no Instituto Histórico de Paris, esse brasileiro tão afrancesado manifestava um brio a que os próprios franceses, embora resmungando, não poderiam ficar indiferentes, ao mesmo tempo em que desvendava de forma inesperada, mas soberba, **as camadas mais profundas do seu brasileirismo instintivo.**»
[pp. 133-134 – grifado por mim].

Mas voltemos, para concluir, ao livro historicamente inovador de Capistrano, que escolhi para apreciar por primeiro na perspectiva que expus acima, da compreensão e da construção da *entidade chamada Brasil*, mas rebatendo-o também na perspectiva do conjunto de sua obra historiográfica. Ora, posto esteja esta como a principal matriz que gerou os grandes intérpretes do Brasil a partir dos anos 1930, pelo menos um outro grande historiador – sob muitos aspectos, semelhante a Capistrano de Abreu na erudição, na dedicação à pesquisa, na sensibilidade literária, na largueza de visão –, Sérgio Buarque de Holanda, compreendeu o sentido profundo deste livro, dando-lhe continuidade e expandindo-o em trabalhos primorosos do gênero: *Monções* [1945], *Caminhos e Fronteiras* [1957], *O Extremo Oeste* [1986], etc.¹⁹

¹⁹ Seria justo incluir entre os historiadores que perceberam a significação desse tema como questão fundamental da história do Brasil o livro *Vida e Morte do Bandeirante*, de Alcântara MACHADO, em que também este, como um dos pioneiros, dá

É mister cuidar agora, ainda que a largos traços, da obra capital de nosso historiador: *Capítulos de História Colonial (1500-1800)*; e dizer de sua significação modernizadora dentre muitas outras.

Referindo-se àquela opinião de Capistrano – quase um anúncio profético sobre si mesmo, a saber, que ele daria ulteriormente a mais perfeita síntese do Brasil colonial – sobre a inexistência naquele momento (1882) de historiador com aptidão para escrever uma história que abarcasse os três séculos anteriores de nossa formação, José Honório Rodrigues, em seu ensaio «História e Ideologia. A década de 1870 a 1880»²⁰, acrescenta: «*Há historiadores das épocas primaveris; há historiadores das fases outonais. Há historiadores de períodos felizes, como há historiadores de momentos desafortunados. (...) Raros serão os que podem reunir força de compreensão para ver tudo, e para sintetizar e julgar o conjunto da evolução e atribuir a cada época uma vida intelectual e relacioná-la com as forças existentes econômicas, sociais e políticas.*» [1975: 133-134]. Esta conclusão que aparece aqui como **julgamento**, ele a aplicará inúmeras vezes e sob variadas formas como **reconhecimento** dos méritos desta obra de Capistrano de Abreu. Vejamo-los.

No final de uma carta de 10 de maio de 1924 para Paulo Prado, Capistrano, já bem maduro, evoca esta lembrança: «*Sabe que há hoje exatamente 50 anos tive a primeira idéia de escrever uma história do Brasil.*» [CCA, tomo II, p. 457]. Ou seja, refere-se a um sonho de sua juventude no Ceará (1874), quando assenhoreando-se de uma perspectiva sociológica, «*resultado de uma leitura febricitante*» de Taine, Buckle e do livro de viagem de Agassiz pensou em escrever uma história nova, conforme recorda noutra

enorme contribuição à elaboração de nossa história social, superando a indigente descrição minuciosa de acontecimentos e o relato cronológico de feitos retumbantes, em favor da reconstituição da realidade da vida social da época, cuja análise comporte dimensões filosóficas, econômicas e culturais.

²⁰ Originalmente, conferência proferida na Academia Brasileira de Letras em 9 de julho de 1970, no ciclo sobre a década referida no título, e publicada posteriormente em seu livro *História, Corpo do Tempo* [1975].

carta, dez anos antes (21.01.1914), para José Veríssimo, que termina por afirmar citando Monte-Alverne: *“mas agora... é tarde! é muito tarde!”* [CCA, tomo I, p. 200]. Ora, o seu *Capítulos de História Colonial* havia saído em 1907 e, não obstante, esse projeto o atormentava ainda na velhice, após uma vida inteira dedicada a produzir os seus componentes seguros.

A despeito das circunstâncias adversas de sua elaboração e de sua origem – nascera inicialmente de uma solicitação de Vieira Souto para que Capistrano escrevesse uma introdução histórica para uma obra de informações gerais da produção do país, de que fora incumbido o Centro Industrial do Brasil em 1905 pelo Ministro da Indústria, Viação e Obras Públicas, Lauro Muller. Foi aí que saiu a versão inicial dos *Capítulos*, publicado em livro separado dois anos depois. Era uma síntese densa, que não atingia o Império e muito menos a República, visto que Capistrano a estancara em 1800. Alimentou a idéia de reescrevê-la para nova edição, o que jamais logrou e como o conhecemos hoje, em edições que vieram da Sociedade Capistrano de Abreu, é um livro em formato póstumo. Mas se tornou um modelo de historiografia renovada.

Assim, se levarmos em conta seu caráter de síntese introdutória que condicionou a feitura dessa obra, não há como estranhar certas proporções modestas com que tratou alguns temas de nossa gênese colonial, como o da miscigenação e alguns mais. Sem preocupação exagerada com datas e feitos, Capistrano segue uma ordem que acompanha a nossa cronologia e os próprios títulos de seus onze capítulos já deixa suspeitar o propósito inovador. E, se vai narrando e interpretando, em capítulos relativamente curtos mas incisivos, os acontecimentos marcantes desse processo histórico que configura nossa formação e ocupação do território nos séculos iniciais, há todavia capítulos inteiramente originais na óptica de nossa historiografia tradicional e conservadora, verdadeiros ensaios monográficos como o de sua história sociológica sobre «O Sertão», que ocupa mais de 100 páginas da obra, ou o capítulo final, «Três séculos depois», excelente balanço e síntese interpretativa. Percorrem a obra algumas linhas forças que dão destaque à cultura mediante a ação social sem heroificações

nem feitos teatrais, e ao espaço geográfico. Este último aspecto, sempre saliente nos trabalhos de Capistrano, tem sido interpretado equivocadamente como mera paixão sua pela Geografia. Trata-se na verdade de um paradigma historiográfico dominante de seu tempo e que perdurou entre nós até mais ou menos os anos 1960 e perdura ainda, embora em menor grau em países como a França e Alemanha. Recorde-se que a cátedra de Capistrano no Colégio Pedro II tratava dessa relação da história com a geografia: não se concebia aquela sem esta, pois processos sócio-históricos se dão e só se concretizam num espaço real que os condiciona. Essa perspectiva está nitidamente presente na sua exposição que constitui o capítulo primeiro sobre nossos «Antecedentes Indígenas» – destaque inovador em nossa história ao sublinhar que ela já se iniciara antes com as gentes da terra, em sua diversidade regional.

É sintomático dessa concepção o fato de o capítulo seguinte ter sido chamado de «Fatores **exóticos**» por examinar as características de Portugueses, europeus e negros que trouxeram sua contribuição para nossa conformação como povo e cultura. E essa parte inicial da obra se completa com o terceiro capítulo, «Os Descobridores», tema que Capistrano já tratara largamente desde sua tese de concurso para o Pedro II, em 1883. Ele repasse sumariamente as discussões do tema, inclusive sobre a primazia lusitana. Mas conclui o texto por comentários sobre nossa composição étnica e a vida do país naqueles anos iniciais de economia predatória (pau-brasil, papagaios, índios, etc.) e princípios de sua transição para fase produtiva (cana-de-açúcar, etc.), sem omitir considerações de natureza geográfica sobre as vantagens ou o seu contrário das regiões em relação às navegações.

O capítulo quarto intitulado «Primeiros conflitos», um dos mais curtos do livro, trata no entanto, com segurança, sobretudo das incursões francesas em nosso território. Mas ao examinar a disputa entre franceses e portugueses pela posse do território, ele se antagoniza com nossa historiografia tradicional discutindo os fundamentos do direito dos últimos ao domínio do Brasil e suas motivações econômicas. Em consequência, o capítulo seguinte, «Capitanias hereditárias», também inova pelo exame das estratégi-

as de Portugal para assegurar a efetiva posse da colônia, em seus êxitos e malogros. No capítulo sexto, «Capitanias da Coroa», ele dá continuidade a esse estudo das formas de dominação e eficácia da política colonial portuguesa; examina ainda as razões de alguns fracassos; a reversão da Bahia ao controle da Coroa e instalação do Governo Geral, assim como os inícios das missões jesuíticas e de seus desígnios e relações com os costumes e crenças indígenas, cujo disciplinamento acarreta inevitáveis conflitos; é destaque ainda a análise que faz da presença francesa no Rio de Janeiro.

A riqueza das questões econômicas e sociais de que trata o capítulo sétimo esconde-se na modéstia de seu título: «Franceses e Espanhóis». Mas, por se tratar de período em que um século de vida coletiva já se passara, Capistrano estava atento às transformações decorrentes da fase de domínio filipino. Fala já da cobiça internacional sobre a Amazônia e das lutas pelo controle dos produtos de interesse no mercado da época, bem como pela ocupação de várias áreas onde as incursões francesas ainda predominavam e demais regiões ainda sem controle: o norte da Bahia, Sergipe, a Paraíba, o Rio Grande do Norte, o Ceará, o Maranhão, etc. Comenta que desses incidentes que decorrem desse processo conhecemos pouco a história, de que a crônica guarda alguns nomes. Capistrano, a esta altura de seu trabalho de pesquisador, conhecia muito bem a documentação relativa à época de que trata, documentação de que era um dos principais descobridores e editor crítico; por outro lado, do ponto de vista de como concebia nossa periodização, era a ocasião de dar um balanço naquele primeiro século de nossa experiência colonial. Eis que Capistrano, aproveitando da ocasião, nos dá magistral lição de interpretação histórica de perfil socioantropológico e que justifica nestes termos: «*Agora um rápido lancear do país, aí pelos anos de 1618, quando escrevia o autor do **Diálogos das Grandezas do Brasil**, e Frei Vicente do Salvador preparava-se para redigir sua história.*» [1954: 135]. A evocação de documentos da época é típica de seu estilo historiográfico. E ele nos dá então um retrospecto geral do país: inicia pela análise refinada de sua estratificação social e ao falar da camada que coroa essa hierarquia destaca a

caracterização de um engenho real com suas posses e instrumentos, a da *casa da gente rica* em toda a multiplicidade de seus recursos e funções; percorre o funcionamento do comércio, diz da economia naturista, da ausência de capitais, observa a natural desafeição pela terra por parte dos colonos e a que nutriam entre si os diversos componentes da população, incluindo igual fenômeno entre as diferentes etnias; tece considerações esclarecedoras sobre a estrutura administrativa, as despesas públicas, a configuração da Igreja e sua distribuição institucional pelas capitanias, a gestão da justiça e da fazenda pública, as milícias e ordenanças, etc.

Ao concluir este capítulo inovador por sua visão sociológica, Capistrano faz afirmação que prepara e articula o assunto com o capítulo seguinte: *«E agora vistas as vantagens do domínio espanhol na eliminação dos franceses e na rapidez da marcha para o Amazonas, vejamos o reverso da medalha, nas guerras flamengas dele originadas.»* [p. 42]. De fato, o capítulo oitavo, «Guerras Flamengas», permite que nosso historiador mais uma vez narre sinteticamente os fatos sempre apoiado em boa documentação e, sobretudo, insira na exposição sua sensibilidade hermenêutica para extrair significados dos fatos e acontecimentos, em especial na perspectiva de conjunto que possuía sua interpretação do sentido que assumia essa espécie teleologia da civilização brasileira: este novo capítulo lhe propicia ocasião para esse exercício fecundo. Assinala que as relações entre Portugal e Flandres vêm desde a Idade Média e perduraram após descoberto o caminho marítimo das Índias, incluindo o achado e colonizado Brasil; modificou-se a situação quando a monarquia espanhola abarcou toda a península e os inimigos de Castela passaram a ser os de Portugal. É esclarecedor e até cativante seguir a exposição que dá o autor das invasões flamengas de Bahia e Pernambuco, estendendo-se pelas regiões adjacentes e pelas mais distantes, em particular porque vem entremeada de finos reparos interpretativos, como este: *«Uma só coisa havia a fazer com os recursos da terra: cercar o invasor dentro da cidade, impedindo que penetrasse pelas cercanias para renovar provisões, impossibilitando as adesões das classes baixas, indiferentes à mudança do senhor, pois o cativo*

prosseguiria invariável.» [p. 147]. Ou então quando observa que os socorros do Reino aumentam quando os espanhóis percebem que a invasão do Brasil representava ameaça implícita ao Peru e ao México. Vai traçando o perfil dos protagonistas principais e descreve as táticas de guerra e as lutas em suas misérias e violência, arrola os que escreveram a história do período, registra, como é óbvio, as conseqüências da Restauração da independência de Portugal, e produz um balanço primoroso da administração de Nassau, etc. Conclui com este comentário de aguda lucidez: «... *Holanda e Olinda representavam o mercantilismo e o nacionalismo. Venceu o espírito nacional. Reinóis..., ilhéus..., mazombos..., índios..., negros..., mamalucos, mulatos, caribocas, mestiços de todos os matizes combateram unânimes pela liberdade divina. Sob a pressão externa operou-se uma solda, superficial, imperfeita, mas um princípio de solda, entre os diversos elementos étnicos. (...) Passado o primeiro momento de entusiasmo, os reinóis quiseram reassumir a sua atitude de superioridade..., data daí a irreparável e irreprimível separação entre pernambucanos e portugueses*» [p. 175-176].

Vem a seguir o capítulo nono, «O Sertão», sem dúvida a mais inovadora e importante contribuição de Capistrano de Abreu à historiografia nacional²¹. Atento a que a conclusão do capítulo anterior corresse o risco de ser visto como um deslize na direção da exaltação de uma brasilidade antecipada, ele retifica os rumos de sua interpretação por meio do parágrafo lapidar com que inicia o longo ensaio deste capítulo, impressionante e inédito num texto

²¹ Wilson MARTINS, em sua referida *História da Inteligência Brasileira*, a propósito dessa temática, menciona o fato de o Visconde de TAUNAY ter intitulado de «O Sertão e o Sertanejo» o primeiro capítulo de *Inocência*, e que aí «empregava duas palavras que iam reaparecer sucessivas vezes em tantas outras obras marcantes de nossa literatura (de Alencar a Euclydes da Cunha, passando por Afonso Arinos e Coelho Neto), **além de implantar um tema central, talvez o tema central, das nossas meditações sobre o Brasil, e de estabelecer de uma vez por todas as coordenadas mentais em que desde então passamos a examiná-lo.** (...) Essa é a significação essencial de *Inocência* na história do nosso pensamento literário; acentuemo-lo fortemente, na esperança impossível de prevenir a perpetuação de lugares-comuns que a encaram como simples novela de ingênuas idealizações românticas.» [1977, tomo IV, p. 405 – o grifado é meu]. Logo a seguir, em apoio à

de história do Brasil, até no título: *«A invasão flamenga constitui mero episódio da ocupação da costa. Deixa-a na sombra a todos os respeitos o povoamento do sertão, iniciado em épocas diversas, de pontos apartados, até formar-se uma corrente interior, mais volumosa e mais fertilizante que o tênue fio litorâneo.»* [p. 177]. Há décadas, Capistrano pesquisava, meditava e escrevia sobre essa conquista, construção e integração do território mediante a devassa dos sertões, das penetrações nos quadrantes mais distantes, enfim disso que veio a constituir o Brasil. Este livro tem o seu cerne neste capítulo central: o Sertão se constituiu pela expansão de nossas fronteiras internas e externas em suas lutas e sacrifícios: era a metáfora e a realidade que dava sentido à nossa história. É impossível resumir aqui a riqueza de fatos e de observações vitais desse processo que configurou nossa singularidade. Este capítulo vale por um tratado geral, inclusive de sociologia de nossas revoltas e rebeliões, uma Suma de nossa gênese. É preciso lê-lo integralmente inúmeras vezes para desvelar as suas riquezas e descobrir que desvenda nossas entranhas. Eis por que ao tratar aí, longamente, do livro de Antonil, Capistrano nos diz com lucidez a razão por que a Metrópole confiscou a obra, não pelo alegado motivo de que esta divulgava o segredo do Brasil aos estrangeiros; a verdade era outra: **«o livro ensinava o segredo do Brasil aos brasileiros, mostrando toda a sua possança...»** [p. 267 – grifo meu].

sua tese, ele reproduz ensaio seu anterior em que, estribando-se no que qualifica como o **“atilado espírito crítico”** de Capistrano de Abreu, analisa longamente a significação cultural mais densa dessa obra de Taunay, de que destaco este trecho: «Esse livro, lido como se fosse *Paulo e Virgínia*, tem em nossa literatura um valor e uma significação diversos dos que se atribuem ao de Bernadin de Saint-Pierre. Porque, como dizia Capistrano, ele deveria ter sido o primeiro livro realista e não o último livro romântico; e, antes de Capistrano, dizia-o, com grande agudeza, o “stendhaliano” Visconde de Taunay: *“No meu pensar bem leal, talvez ingênuo, por isso mesmo, e de bastante modéstia, este romance é a base da verdadeira ‘literatura brasileira’.*”» [p. 407]. Portanto, essa temática ocupa também um lugar central na larga ensaística do pensamento social brasileiro.

O capítulo seguinte, o décimo, retoma o conjunto das discussões anteriores, agora, porém, na perspectiva da «Formação dos Limites», onde se discutem as disputas e tratados que resultaram na nossa configuração externa, desde o convênio de Tordesilhas.

Enfim, o capítulo que fecha a obra como uma chave de abóbada dessa catedral historiográfica, embora incompleta: «Três Séculos Depois». É a avaliação esclarecedora do que era o Brasil em 1800: sua caracterização espacial e suas regiões principais, seu perfil demográfico, a composição étnica da população, as atividades econômicas, manifestações da cultura material e simbólica, o gado, a agricultura e a alimentação, as lutas de famílias, as festas populares e religiosas, as feiras, os hábitos e costumes, homens e mulheres, a frugalidade de vida nas fazendas e sua autarquia, a mineração, a abundante presença de padres e irmandades, as crenças, o gosto musical, os maiores centros comerciais, a escravidão, os mulatos, os brancos, a educação, as casas, as ruas e a saúde pública, a caracterização dos tipos regionais, enfim a vida social sem agremiações e poucas manifestações coletivas, e a ausência de consciência nacional. Ou nas palavras com que encerra o livro e que traziam implícita acerba crítica à Metrópole que impunha inalterada a situação de indigência colonial: *«Vida social não existia, porque não havia sociedade; questões públicas tão pouco interessavam e mesmo não se conheciam... É mesmo duvidoso se sentiam, não uma consciência nacional, mas ao menos capitania... Um ou outro leitor de livro estrangeiro podia falar na possibilidade da independência futura, principalmente depois de fundada a república dos Estados Unidos da América do Norte e divulgada a fraqueza lastimável de Portugal. (...) Cinco grupos etnográficos, ligados pela comunidade ativa da língua e passiva da religião, moldados pelas condições ambientes de cinco regiões diversas, tendo pelas riquezas naturais da terra um entusiasmo estrepitoso, sentindo pelo português aversão ou desprezo, não se prezando, porém, uns aos outros de modo particular – eis em suma ao que se reduziu a obra de três séculos.»* [p. 337-338]. Fecho que parecia pessimista em face da historiografia apologética e tradicional, mas era em verdade uma síntese madura que resultava do diálogo da História com as Ciências Sociais.

Este homem de saber que, com sua extensa série de estudos e em especial com esta impressionante obra de síntese, inaugura de certo modo autêntica história social do Brasil, dirá modesto, no pitoresco de seu estilo, o sentimento pessoal de frustração que sofria por não ter realizado a grandeza de seu sonho, em carta para Guilherme [Barão] de Studart de 7 de janeiro de 1907:

*«Acabo de pingar o último ponto em meu esboço. Custou! Deu trezentas páginas o período anterior a D. João VI. Se me perguntares se estou satisfeito com o que fiz, dir-te-ei francamente: não! Imaginava outra coisa e não pude realizá-la, parte por culpa minha, parte por culpa das circunstâncias. **Acreditei muito na extensão da vida e na brevidade da arte**, e fui punido. Quando, ainda no Ceará, concebi-a, a obra tinha outras dimensões. Cada ano levou consigo um lance ou um andar. A continuar mais tempo, ficaria reduzida a uma cabana de pescador. Mesmo agora acho-lhe uns ares de tapera.»* [CCA, tomo I, p. 178 – grifada por mim essa alusão a Goethe].

Não é esta, certamente, a imagem grandiosa de seu gênio, que deixou Capistrano entre amigos e discípulos mais próximos. De fato, quando um destes, o historiador Afonso de E. Taunay, em seu belo estudo biobibliográfico «Antonil e sua Obra» que serviu de introdução à edição de 1923 de *Cultura e Opulência do Brasil por suas Drogas e Minas*, da Companhia Melhoramentos de S. Paulo, ele pôs no frontispício a seguinte dedicatória:

AO MESTRE PREZADO E ILUSTRE

J. CAPISTRANO DE ABREU

LEMBRANÇA

DAS SÁBIAS LIÇÕES DA ADOLESCÊNCIA

ATÉ OS DIAS DE HOJE CONTINUADAS

AFETUOSAMENTE OFFERECE

– E COMO A QUEM DE DIREITO –

ESTE ENSAIO DESPRETENSIOSO

O DISCÍPULO E AMIGO

AFFONSO D'ESCRAGNOLLE TAUNAY

S. Paulo, 15 de Junho de 1922.

Era este o homem sábio e generoso, que afirmava: «*não me sinto bem quando não posso passar qualquer livro a outrem*»; e de quem testemunhou Calógeras [1927: 270]:

«*Não quis ser senão o que foi – um cérebro pensante, uma alma cheia de ternura.*»

Fortaleza, 16 de fevereiro de 2004.

Indicações Bibliográficas

I) Obras e Trabalhos de Capistrano de Abreu:

Diferentemente do que se costuma afirmar, é vasta a sua bibliografia, sobretudo se incluímos as inúmeras edições críticas que preparou de fontes básicas da historiografia brasileira, em particular do período colonial, por isso indico apenas algumas de suas obras e trabalhos principais, ajuntando um ou outro esclarecimento:

a) Livros, ensaios, prefácios, introduções e correspondência:

- [1874, Fortaleza] «A Literatura Brasileira contemporânea». In *Ensaaios e Estudos* (Crítica e História) – 1ª série, 2ª edição. Nota preliminar de J. Honório Rodrigues. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975, pp. 35-70.
- [1876] «O Caráter Nacional e as Origens do Povo Brasileiro», *O Globo*, Rio de Janeiro, 21 de janeiro e 9 de março de 1876. [Reproduzido em *Ensaaios e Estudos* (Crítica e História) – 4ª série. Rio de Janeiro: Civil. Brasil., 1976].
- [1877] «José de Alencar», *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, 13 de dezembro.
- [1878] «Necrológio de Francisco Adolfo de Varnhagen, Visconde de Porto Seguro», *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, de 16 e 20 de dezembro. [Reproduzido em *Ensaaios e Estudos* (Crítica e História) – 1ª série, 2ª edição. Rio de Janeiro: Civil. Brasil., 1975].

- [1880] *A Armada de D. Nuno Manuel*. Rio de Janeiro: Typ. da *Gazeta de Noticias*.
- [1881] *Catálogo da Exposição de História do Brasil*, 2 vols., com quase 2000 págs. Rio de Janeiro. [Esta é uma obra monumental da Bibliografia Brasileira, publicada pela Biblioteca Nacional, sob a direção de Ramiz Galvão e a colaboração de Capistrano de Abreu, Vale Cabral e João Saldanha da Gama].
- [1881] «Introdução». **in** CARDIM, Fernão: *Do princípio e origem dos Índios do Brasil e de seus costumes, adoração e ceremonias*. Rio de Janeiro: Typographia da *Gazeta de Notícias*. [Esta obra vem reeditada com outro texto de Fernão CARDIM: *Tratados da Terra e Gente do Brasil*, 3ª edição. Col. "Brasiliana – 168". Introdução e notas de Batista Caetano, Capistrano de Abreu e Rodolfo Garcia. São Paulo: C.E.N., 1978 – e traz em Apêndice importante artigo de Capistrano de Abreu, publicado em *O Jornal*, Rio de Janeiro, 27.1.1925].
- [1882] «Sobre o Visconde de Porto Seguro», *Gazeta de Noticias*, Rio de Janeiro, 21, 22 e 23 de novembro.
- [1883 e 1900] *O Descobrimento do Brasil*, 2ª edição, nota liminar de José Honório Rodrigues. Rio de Janeiro / Civilização Brasileira - INL, 1976. [Na verdade, este livro reúne três de suas obras sobre o tema: *Descobrimento do Brasil e seu Desenvolvimento no Século XVI*, que foi sua tese de concurso à cadeira de Corografia e História do Brasil no Imperial Colégio Pedro II, em 1883; *Descobrimento do Brasil pelos Portugueses*, opúsculo publicado em 1900; e «O Descobrimento do Brasil: Povoamento do Solo – Evolução Social», memória inserida no *Livro do Centenário (1500-1900)*, Rio, 1900, 4 vols.; mais o estudo «Vaz de Caminha e sua Carta» e dois artigos curtos «História Pátria»].
- [1886] «Introdução» **in** ANCHIETA, S. J., Joseph de: *Informações e Fragmentos Históricos (1584– 1586)*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, pp. VII – XVI. [Constitui este o primeiro volume da coleção «Materiaes e Achegas para a História e Geographia do Brasil» publicados por ordem do Ministério da Fazenda, coleção editada por João Capistrano de Abreu, A. do Valle Cabral e J. B. da Silveira Caldeira. A reedição mais ampla desta obra, incluindo

- outros textos e publicada pela Academia Brasileira de Letras em 1933, sob os cuidados de Afrânio Peixoto, reproduzia o texto «A Obra de Anchieta no Brasil», artigo de Capistrano de Abreu, de *O Jornal*, Rio, de 31/8/1927, Cf.: José de ANCHIETA: *Cartas: Informações, Fragmentos Históricos e Sermões*. Belo Horizonte: Itatiaia / São Paulo: Edusp, 1988, pp. 23-27].
- [1895] «Os Bacacais», *Revista Brasileira*, Rio de Janeiro, Anno I^a, tomos III e IV.
 - [1900] *Sobre a Colonia do Sacramento*. Rio de Janeiro: Typ. Leuzinger.
 - [1901] Sob o título «Revistas Históricas», Capistrano de Abreu publica no *Jornal do Commercio*, Rio, de 24 de novembro de 1900 e de 24 de setembro de 1901, estudo sobre a obra *Diálogo das Grandezas do Brasil*, cuja autoria era atribuída a Frei Vicente do Salvador e que Capistrano identifica como sendo Ambrósio Fernandes Brandão («Bradônio»); transformado em «Introdução» à 1^a edição desta obra, com Prefácio de Afrânio Peixoto e publicada pela Academia Brasileira de Letras, Rio, 1930. [Reedição com a «Introdução» de C. de Abreu e «Notas» de Rodolfo Garcia. Salvador: Livraria Progresso Editora, 1956, pp. 7-24].
 - [1906, 3^a ed.] «Notas». In VARNHAGEN, Francisco Adolfo: *História Geral do Brasil*. Antes de sua separação e independência de Portugal. 4^a edição integral. Revisão e notas de Rodolfo Garcia. São Paulo: Melhoramentos, 1948. [Edição atual em 5 volumes].
 - [1907] *Capítulos de História Colonial (1500-1800)*, 4^a edição, revista, anotada e prefaciada por José Honório Rodrigues. Rio de Janeiro: Sociedade Capistrano de Abreu – Livraria Briguiet, 1954. [Sem dúvida, a melhor edição dessa obra capital de nossa historiografia moderna. Traz importante prefácio de JHR].
 - [1912] «Os Caxinauás», *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, 25 de dezembro de 1911 e 7 e 14 de janeiro.
 - [1914] *rã-txa-hu-ni-ku-i*. A Língua dos Caxinauás do Rio Ibuaçu, afluente do Muru (Prefeitura de Tarauacá). 2^a edição com as emendas do autor e um estudo crítico do Prof. Koch-Grünberg. Rio de Janeiro: Edição da Sociedade Capistrano de Abreu – Livraria Briguiet, 1941. [A primeira versão deste livro inovador da

- etnografia e etnologia indígenas do Brasil foi consumida pelo fogo na Imprensa Nacional, de que escaparam dois textos, sobre que retrabalhou C. de Abreu para produzir sua 1ª ed. efetiva].
- [1918] «Nota Preliminar», pp. 19-28; e «Prolegômenos» [aos 5 Livros]. **In** SALVADOR, Frei Vicente do: *História do Brasil 1500-1627*. Quarta edição revista por Capistrano de Abreu e Rodolfo Garcia. São Paulo: Melhoramentos, 1954.
 - [1922] «Introdução». **In** *Primeira visitaçã do Santo Officio às Partes do Brasil pelo licenciado Heitor Furtado de Mendoça, capellão fidalgo del Rey nosso Senhor e do seu Desembargo, deputado do Santo Officio – Confissões da Bahia 1591-92*. “Série Eduardo Prado para melhor se conhecer o Brasil”. São Paulo: Paulo Prado editor,
 - [1924] «Introdução». **In** GANDAVO, Pero de Magalhães: *Tratado da Terra do Brasil e Historia da Província de Santa Cruz a que vulgarmente chamamos Brasil*. Rio de Janeiro: *Anuário do Brasil*.
 - [1925] «Introdução». **In** *Primeira visitaçã do Santo Officio às Partes do Brasil pelo licenciado Heitor Furtado de Mendoça, capellão fidalgo del Rey nosso Senhor e do seu Desembargo, deputado do Santo Officio – Denunciações da Bahia 1591-92*. “Série Eduardo Prado para melhor se conhecer o Brasil”. São Paulo: Paulo Prado editor.
 - [1927] «Prefácio» ao *Diário de Pero Lopes de Sousa (1530-1532)*, “Série Eduardo Prado”. [Este estudo de C. de A. vem reproduzido **in** CASTRO, Eugenio de: *Diário de Navegação de Pedro Lopes de Souza (1530-1532)*. Prefácio de Capistrano de Abreu. Rio de Janeiro, /s.e./, 1940.
 - [1930] *Caminhos Antigos e Povoamento do Brasil*. Rio de Janeiro: Sociedade Capistrano de Abreu – Livraria Briguiet, 1960, 2ª edição.
 - [1931, 1932 e 1938; e 1976] *Ensaio e Estudos* (Crítica e História), em quatro séries ou volumes. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975-1976. [As 3 primeiras séries foram editadas originalmente pela Sociedade C. de Abreu e Livraria Briguiet, Rio, entre 1931 e 1938, e saem em 2ª ed., com uma nota liminar de José H. Rodrigues; a 4ª série de *Ensaio e Estudos* é edição preparada e prefaciada por este. Estes 4 vols. compendiam parte significativa

- de prefácios, introduções e artigos dispersos ou inéditos de Capistrano de Abreu].
- [1946] *Cartas de Capistrano de Abreu a Lino da Assunção* [1885-1893]. Lisboa: S/ed., (publicadas e prefaciadas por Luís Silveira).
 - [1954 e 1956] *Correspondência de Capistrano de Abreu*, 3 vols. Edição organizada e prefaciada por José H. Rodrigues. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro. [Capistrano, em sua descrição e desprendimento, falava pouco de si mesmo; assim, esta correspondência constitui fonte indispensável para compreender tanto a evolução da historiografia brasileira no período, como o seu próprio percurso intelectual, além de vários aspectos de seu caráter singular. É ainda fonte preciosa sobre a produção cultural no Brasil do período de 1880 a 1927].

b) Manuscritos e documentos seus guardados na Biblioteca Nacional:

- Resposta ao questionário sobre as circunstâncias topográficas de nossos municípios de Itapetininga, província de São Paulo. Itapetininga, 07 de dezembro de 1882.
- Apontamentos sobre o município de Franca, província de São Paulo. Franca, 28 de setembro de 1882.
- Notas históricas sobre a Bahia, coligidas por João Capistrano de Abreu. (1 caderno)
- Notas e fragmentos da língua indígena, reunidos por J. Capistrano de Abreu. /s.l./, /s.d./.
- Carta de Gama-Rosa a Capistrano de Abreu remetendo número do jornal *Regeneração* em que se publicara de Sérgio de Oliveira sobre freguesias, municípios e comarcas da Província. Desterro, 22 de outubro de 1883.
- Estudos sobre a língua Caxinauá.
- Vocabulário da língua Caxinauá. (43 cadernos de notas)
- Diploma de sócio correspondente da **Berliner Gesellschaft für Anthropologie, Ethnologie und Urgeschichte**. Berlim, 25 de julho de 1895.

- [tradução] Anotações sobre botânica brasileira de Wappäus.
- Fotografias doadas por Capistrano de Abreu, de índios Cheréns, das margens do Tocantins, em Goiás. Abril de 1895. (45 fotos contendo anotações)
- Requerimento de João Capistrano de Abreu ao Diretor da Biblioteca Nacional [Benjamim Franklin de Ramiz Galvão], pedindo inscrição para o lugar de oficial da Biblioteca Nacional. Rio de Janeiro, 29 de maio de 1879.

c) Algumas de suas traduções:

- [1884] WAPPÄUS, J. E.: *Geographia Physica do Brasil* refundida (Edição condensada). Rio de Janeiro: Typographia de G. Luzinger & Filhos, com XV e 470 pp., 2 cartas geographicas e 1 diagramma. [A capa interna traz o título *A Terra e o Homem*. Trata-se de tradução refundida e ampliada do *Handbuch der Geographie und Statistik des Kaiserreichs Brasilien*, editado sob a direção de Capistrano de Abreu e Valle Cabral e colaboração de Saldanha da Gama, Orville Derby, Homem de Mello, Pimenta Bueno, Alvaro de Oliveira, Dr. Martins Costa, Ramiz Galvão, J. J. Pizarro, Rodrigues Peixoto e Fr. Leutenberger. Esta edição brasileira é bem maior que a original].
- [1887] SMITH, Herbert: *Do Rio de Janeiro a Cuyabá*. Rio de Janeiro: Gazeta de Noticias. [Tradução feita do original inédito em inglês, traz Prefácio de Capistrano de Abreu].
- [1889] SELLIN, A. W.: *Geographia Geral do Brasil*, traduzida e consideravelmente aumentada. Prefácio de Capistrano de Abreu. Rio de Janeiro: Livraria Classica de Alves & Cia., 210 pp.
- [1893, 1894 e 1900] GOELDI, Emilio Augusto: *Monographias Brasileiras* – I. *Os Mamíferos do Brasil*. Rio de Janeiro: Livraria Classica de Alves & Cia., com III e 183 pp.; – II. *As Aves do Brasil*. Primeira Parte. Rio de Janeiro: Livraria Classica de Alves & Cia., 311 pp.; *As Aves do Brasil*. Segunda Parte. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves. [Obra traduzida dos manuscritos alemães cedidos pelo autor a Capistrano de Abreu].

- Outras traduções do alemão como as obras de Kirchhoff, Biennacki, Köhler, (respectivamente: *O Homem e a Terra*, *A Moderna Arte de Curar* e *Introdução à Ciência do Direito*, todas publicadas pela Casa Laemmert, Rio de Janeiro), etc.

II) Fontes para o estudo de Capistrano de Abreu:

Existe uma plethora de livros, estudos, depoimentos sobre Capistrano, já do seu tempo e em especial logo depois de sua morte em 1927, ou quando das comemorações do centenário de seu nascimento, em 1953. Vou limitar-me a assinalar uns poucos que me parecem mais significativos, dentre os quais destaco alguns dos vários artigos, conferências e estudos de **José Honório Rodrigues**, bem como os esforços editoriais que dedicou à sua obra, por certo o especialista que melhor a percorreu, destacando-lhe a importância inovadora e o alcance substantivo:

1) Ensaaios e Estudos Críticos sobre Capistrano de Abreu:

ALENCAR, Mário:

1910. *Alguns Escritos*. Rio de Janeiro: Garnier. [Capistrano de Abreu, pp. 80-91].

AMARAL, Eduardo Lúcio Guilherme:

2003. *Correspondência Cordial: Capistrano de Abreu e Guilherme Studart*. Col. "Outras Histórias". Fortaleza: Museu do Ceará.

ARAÚJO, Pe. Francisco Sadoc:

1981. *Ceará: Homens e Livros*. Estudos críticos de biobibliografia. Fortaleza: Grecel. [Em especial, o cap. 4: "Ascendência sobralense de Capistrano", pp. 51-57].

ARAÚJO, Ricardo Benzaquen de:

1988. "Ronda noturna: narrativa, crítica e verdade em Capistrano de Abreu", in *Estudos Históricos*, FGV, Rio de Janeiro, n.º 1, pp. 28-54.

ATHAYDE, Tristão:

1930 *Estudos*. 3ª série, vol. 1. Rio de Janeiro: A Ordem. [Capistrano, pp. 297-312].

BEZERRA, Alcides:

1933. «Capistrano de Abreu, ensaísta e crítico», *Boletim do Ariel*, II/4, janeiro, pp. 84-85.

BUARQUE, Virgínia A. Castro:

2003. *Escrita Singular: Capistrano de Abreu e Madre Maria José*. Col. «Outras Histórias». Fortaleza: Museu do Ceará.

CALÓGERAS, João Pandiá:

1927. «Capistrano de Abreu», *Revista do Instituto do Ceará* (trimestral), Fortaleza, tomo LXI, pp. 259-272.

1936. *Estudos Históricos e Políticos (Res nostra...)*, 2ª edição, col. «Brasileira», v. 74. São Paulo: CEN. [Capistrano de Abreu, pp. 13-27].

CÂMARA, José Aurélio Saraiva:

1969. *Capistrano de Abreu*. Tentativa biobibliográfica. «Documentos Brasileiros», v. 136. Rio de Janeiro: José Olympio. [A despeito da modéstia de seu subtítulo, trata-se de ensaio consistente e bem documentado].

CARDOSO, Vicente Licínio:

1937. *Pensamentos Americanos*. Rio de Janeiro: Estabelecimentos Gráficos. [«Capistrano de Abreu, o homem livre», pp. 237-243].

COUTINHO, Afrânio:

1976. «Euclides, Capistrano e Araripe», *in* *Conceito de Literatura Brasileira*. Rio de Janeiro: Pallas / Brasília: INL, pp. 93-197. [Estes três ensaios foram publicados antes em livro homônimo: Rio de Janeiro: MEC, 1959. O ensaio sobre C. de Abreu, intitulado «A formação de Capistrano como crítico», pp. 103-143, constitui um esforço original para elucidar a gênese de sua erudição e das influências que recebeu desde sua formação escolar].

2001. «ABREU, João Capistrano Honório de», *in* COUTINHO, Afrânio e SOUSA, J. Galante de [Direção]. *Enciclopédia de Literatura Brasileira* [Volume II]. 2ª edição. São Paulo: Global Editora; Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional / DNL, Academia Brasileira de Letras, pp. 145-146.

EDMUNDO, Luiz:

1957. *O Rio de Janeiro do Meu Tempo*, 5 vols., 2ª edição. Ilustrações originais de Marques Júnior, Henrique Cavalleiro, Armando Pacheco, Raul, Calixto, Gil, J. Carlos, Rocha, Daniel, João Machado, Lobão e outros. Rio de Janeiro: Conquista. [Há comentários sobre Capistrano em inúmeras partes dos 5 volumes, inclusive sobre sua filha Honorina de Abreu].

FALCON, Francisco José Calazans:

1999. «As Idéias e Noções de ‘Moderno’ e ‘Nação’ nos Textos de Capistrano de Abreu – Os Ensaísta e Estudos, 4ª série – comentários», *Acervo – Revista do Arquivo Nacional*, Rio de Janeiro, v. 12, nº 1-2, jan/dez, pp. 5-26.

HOLANDA, Firmino:

2002. *Capistrano de Abreu*. Col. 'Terra Bárbara'. Fortaleza: Edição Demócrito Rocha.

MARTINS, Wilson:

1977-79. *História da Inteligência Brasileira*, 7 vols. São Paulo: Cultrix/Edusp. [Os principais comentários sobre Capistrano de Abreu estão no vol. III (1855-1877); vol. V (1897-1914) e vol. VII (1933-1960)].

MATOS, Pedro Gomes de:

1953. *Capistrano de Abreu*. (Vida e Obra do Grande Historiador). Edição do Centenário. Fortaleza: A. Batista Fontenele. [Apesar de resvalar na direção do anedótico e do episódico, compendiou boa soma de informação básica sobre vida e obra de C. de Abreu, incluindo juízos críticos de outrem sobre C. de A.].

MENDONÇA, Heitor Furtado de (Licenciado):

1984. *Primeira Visitação do Santo Ofício às Partes do Brasil – Denúncias e Confissões de Pernambuco 1593-1595*. Nota do Editor Leonardo Dantas Silva, e Prefácio de José Antônio Gonsalves de Mello. Recife: FUNDARPE. [Ver em especial a excelente «Introdução» de Rodolpho Garcia, pp. V-XXXIII].

MENEZES, E. Diatathy B. de:

1997. «Capistrano de Abreu e a Decifração do Brasil», *Pulsional* – Revista de Psicanálise, São Paulo, Ano X – N.º 100, Agosto, pp. 44-59.

2002. «Gênese e Decifração do Brasil em Capistrano de Abreu: sua contribuição à historiografia nacional», conferência proferida como Aula Inaugural dos cursos no Mestrado em História Social, Universidade Federal do Ceará, 18 de abril.

MENEZES, Raimundo de:

s/d. *Capistrano de Abreu, um homem que estudou*. São Paulo: Melhoramentos. [Curto ensaio de divulgação, geralmente seguro, sem indicar porém as fontes das citações].

MOTA, Leonardo:

1993. «Capistrano de Abreu Anedótico...». In *Cabeças-Chatas*. Brasília: s/ed., pp. 87-112.

MOTTA FILHO, Cândido:

1967. *A Vida de Eduardo Prado*. Edição ilustrada. Col. "Documentos Brasileiros". Rio de Janeiro: J. Olympio. [Em especial o capítulo que examina «Alguns Amigos de Eduardo Prado», traz um tópico sobre Capistrano de Abreu].

NASCIMENTO, Alba Cañizares:

1931. *Capistrano de Abreu: o homem e a obra*. Rio de Janeiro: Briguiet.

NOVAIS, Fernando:

1997. «Preface», in ABREU, Capistrano de: *Chapters of Brazil's Colonial History, 1500–1800*. New York – Oxford: Oxford University Press, pp. xi-xv.

PEIXOTO, Afrânio:

1931. «Capistrano de Abreu, humorista», *Revista de Filosofia e História*, II/1, pp. 313-320].

PRADO, Paulo:

1934. *Paulística*, 2ª edição. Rio de Janeiro: Ariel. [Capistrano de Abreu, pp. 231-235].

OLIVEIRA, José Teixeira de:

2002. «1927 – Morre no Rio de Janeiro, João **Capistrano** Honório de Abreu». In *Dicionário Brasileiro de Datas Históricas*, 4ª edição refundida, ampliada e atualizada até 31-12-2000. Prefácio de Affonso d'Escragnoille Taunay. Petrópolis: Vozes, pp. 901-902.

REBELLO, E. de Castro:

1956. *Capistrano de Abreu e a Síntese Histórica*. Rio: São José.

REIS, José Carlos:

1999. *As Identidades do Brasil de Varnhagen a FHC*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas. [O primeiro capítulo da Parte II: «Anos 1900: Capistrano de Abreu – O Surgimento de um povo novo: o brasileiro», pp. 85-114].

RIBEIRO, João:

1927. «Retrato de Capistrano», *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 26 de Agosto.

RODRIGUES, José Honório:

1939. «Capistrano de Abreu», in *Revista do Brasil*, 3ª fase, II, n.º 9, mar., pp. 55-63.

1951. *Notícia de Vária História*. Rio de Janeiro: Livraria São José. [Sobre tudo os capítulos da Segunda Parte trazem inúmeros comentários sobre a obra de Capistrano de Abreu].

1965. «Capistrano de Abreu e a Historiografia Brasileira», in *História e Historiadores do Brasil*. São Paulo: Fulgor, pp. 34-53. [Este texto capital constitui uma conferência proferida no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, a 7 de outubro de 1953, nas comemorações do centenário de Capistrano de Abreu; foi publicada antes, como introdução, no 1º vol da *Correspondência de Capistrano de Abreu*, pp. xxxvii-lvi].

1966. «Duas obras básicas de Capistrano de Abreu», *in* *Vida e História*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, pp. 73-91.

1970. «Capistrano de Abreu e a Alemanha», capítulo 5, Parte II, de *História e Historiografia*. Petrópolis: Vozes, pp. 175-190.

1978. *Teoria da História do Brasil*. Introdução Metodológica, 4ª ed. São Paulo: CEN-INL. [Examina, ao longo do livro, vários aspectos da contribuição de C. de Abreu e em especial sua periodização da nossa história, pp. 133-137].

1978. *A Pesquisa Histórica no Brasil*, 3ª ed. São Paulo: CEN-INL. [Capistrano é examinado extensamente e em especial: pp. 95-97].

1979. *História da História do Brasil*. 1ª Parte: Historiografia Colonial. 2ª edição. São Paulo: C.E.N. [O nome de Capistrano ocupa o maior espaço entre os autores utilizados nesta obra].

1982. «Um Historiador Caboclo e sua Obra: Capistrano de Abreu», *in* *História Combatente*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, pp. 226-232.

SALLES, Antônio:

1927. «Reminiscências: Capistrano de Abreu», *Revista do Instituto do Ceará* (trimestral), Fortaleza, tomo LXI, pp. 253-258.

1938. *Retratos e Lembranças*. (Reminiscencias Literarias). Fortaleza: Castro e Silva-Editor. [«Capistrano de Abreu em Paraíso», pp. 95-101; e «A Morte de Capistrano», pp. 195-201].

SCHWARTZ, Stuart:

1997. «A House Built on Sand: Capistrano de Abreu and the History of Brazil», Introduction, *in* ABREU, Capistrano de: *Chapters of Brazil's Colonial History, 1500-1800*. New York - Oxford: Oxford University Press, pp. xvii-xxxiv.

STUDART, Guilherme (Barão de -):

1927. «João Capistrano de Abreu», *Revista do Instituto do Ceará* (trimestral), Fortaleza, tomo LXI, pp. 243-252.

THEOPHILO, Rodolpho:

1922. «O Atheneu Cearense», *in* *Almanach do Ceará: estatístico, administrativo, mercantil, industrial e literário para o ano de 1922*. Fortaleza. [Depoimento sobre Capistrano de Abreu, pp. 499-501].

VAINFAS, Ronaldo:

1999. «Capistrano de Abreu: Capítulos de História Colonial», *in* MOTA, Lourenço Dantas (org.): *Introdução ao Brasil - Um Banquete no Trópico*. 2ª ed. São Paulo: Ed. Senac, pp. 171-189.

VV. AA.:

1953. «Curso Capistrano de Abreu», in *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, v. 221: 44-245.

VERÍSSIMO, José:

1910. «Capistrano de Abreu», *Revista da Academia Cearense*, Fortaleza, XV: 202-11.

VIANNA, Hélio:

1955. *Capistrano de Abreu*. Ensaio biobibliográfico. Rio de Janeiro: MEC. [Bom ensaio de síntese sobre a vida e as obras de Capistrano de Abreu].

WEHLING, Arno:

1999. «Capistrano de Abreu e o Descobrimento do Brasil», *Acervo – Revista do Arquivo Nacional*, Rio de Janeiro, v. 12, nº 1-2, jan/dez, pp. 27-36.

2001. «Capistrano de Abreu: a fase cientificista» in *A Invenção da História*. Ensaio sobre o historicismo, 2ª ed. Rio de Janeiro: Edit. Gama Filho, cap. X, pp. 141-174 e 199-206 (notas).

b) Obras gerais sobre a inteligência brasileira e obras de referência:

AMARAL, Eduardo L. Guilherme:

2002. *Barão de Studart – Memória da Distinção*. Col. “Outras Histórias”. Fortaleza: Museu do Ceará.

AZEVEDO, João Lúcio de:

1947. *A Evolução do Sebastianismo*, 2ª edição corrigida e simplificada. Lisboa: Livraria Clássica Editora.

1973. *Épocas do Portugal Econômico*. Esboços de História. 3ª edição. Lisboa: Livr. Clássica Editora. [Este livro traz esta dedicatória: «À Memória de Manuel de Oliveira Lima e João Capistrano de Abreu, inolvidáveis amigos, obreiros grandes da História» - 1928].

1992. *História de António Vieira*, 2 vols., 3ª edição. Lisboa: Clássica Editora. [1918].

1997. *António Vieira – Cartas*, 3 vols. Coordenadas e anotadas por J. L. de Azevedo. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda. [1925].

1999. *Os Jesuítas no Grão-Pará – suas missões e a colonização*. Bosquejo histórico com vários documentos inéditos. Belém: SECULT. [Lisboa, 1901].

BARREIRA, Dolor:

1948. *História da Literatura Cearense*, tomo I (História do Ceará: Monografia nº 18). Fortaleza: Editora do Instituto do Ceará. [Especialmente os capítulos que tratam dos anos 1870 em diante e da “Academia Francesa do Ceará”].

BLAKE, Sacramento:

1895. *Diccionario Bibliographico Brasileiro*, 3ª vol. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, pp. 381-382. [Reimpressão de Off-set pelo Conselho Federal de Cultura, 1970].

BOMFIM, Manoel:

1903. *A América Latina: males de origem*. Rio de Janeiro: Garnier. [2ª edição: Rio de Janeiro: Editora A Noite, 1938].

1929. *O Brasil na América*. Rio de Janeiro: Francisco Alves.

1930. *O Brasil na História: deturpação das tradições, degradação política*. Rio de Janeiro: Francisco Alves.

1931. *O Brasil Nação: a realidade da soberania brasileira*, 2 vols. Rio de Janeiro: Francisco Alves.

CAMPOS, Humberto de:

1954. *Diário Secreto*, 2 vols. Rio de Janeiro: Edições O CRUZEIRO.

CAMPOS, Pedro Moacyr:

1961. «Esboço da Historiografia Brasileira nos Séculos XIX e XX», in GLÉNISON, Jean: *Iniciação aos Estudos Históricos*. Col. História Geral das Civilizações. São Paulo: Difel, pp.250-293. [O tópico mais específico sobre Capistrano de Abreu acha-se entre as pp. 273 e 287].

CARMO, J. A. Pinto do:

1942-3. *Bibliografia de Capistrano de Abreu*. Rio de Janeiro: INL. [Constitui este livro o trabalho mais minucioso e completo de quantos se elaboraram até sua data. O autor segue o roteiro da *Bibliographia Capistraneana*, de Tancredo de Barros Paiva, enriquecendo-o consideravelmente. Abre com um esboço biográfico, classifica e comenta a produção de Capistrano e conclui com bom elenco de trabalhos sobre ele. Contém ilustrações].

CARPEAUX, Otto Maria:

1967. *Pequena Bibliografia Crítica da Literatura Brasileira*, 4ª ed. Rio de Janeiro: Edições de Ouro, pp. 183-5.

COELHO, Jacinto do Prado (dir.):

1973. *Dicionário de Literatura* (Brasileira, Portuguesa, Galega e Estilística Literária), 3ª ed. 3 vols. Porto: Figueirinhas. [Em especial os verbetes «Capistrano de Abreu» e «Historiografia no Brasil»].

CORBISIER, Roland:

1960. *Formação e Problema da Cultura Brasileira*, 3ª edição. Rio de Janeiro: ISEB.

COSTA, João Cruz:

1956. *Contribuição à História das Idéias no Brasil* (O desenvolvimento da filosofia no Brasil e a evolução histórica nacional). Col. "Documentos Brasileiros". Rio de Janeiro: J. Olympio. [Os principais comentários sobre Capistrano e sua geração se acham entre as págs. 313 e 441].

1967. «O Pensamento Brasileiro sob o Império». In HOLANDA, Sérgio Buarque de: *História Geral da Civilização Brasileira*. Tomo II: *O Brasil Monárquico*, 3º Volume: Reações e Transações. São Paulo: Difel, pp. 323-342.

COUTINHO, Afrânio (org.):

1980. *Caminhos do Pensamento Crítico*, 2 vols. Rio de Janeiro: Pallas / Brasília: INL. [Em especial, no 1º volume, a reprodução do importante ensaio do jovem C. de Abreu: «A Literatura Brasileira Contemporânea», pp. 383-408].

COUTINHO, Afrânio e SOUSA, J. Galante de [Direção]:

2001. *Enciclopédia de Literatura Brasileira*, 2 vols., 2ª edição revista, ampliada, atualizada e ilustrada, sob a coordenação de Graça Coutinho e Rita Moutinho. S. Paulo: Global Editora; Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional / DNL, Academia Brasileira de Letras. [O verbete sobre Capistrano de Abreu se acha no Volume I, pp. 145-146].

FREYRE, Gilberto:

2000. *Casa-Grande & Senzala*, 40ª edição. Rio de Janeiro: Record. [Rio de Janeiro: Maia & Schmidt, 1933].

GIRÃO, Raimundo e SOUSA, Mª da Conceição:

1987. *Dicionário da Literatura Cearense*. Fortaleza: IOCE.

GOMES, Angela de Castro:

1996. *História e Historiadores*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas.

HOLANDA, Sérgio Buarque:

1991. *Raízes do Brasil* [1936], 22ª edição. Col. "Documentos Brasileiros". Introdução de A. Candido. Rio de Janeiro: J. Olympio.

1976. *Monções* [1945], 2ª edição. São Paulo: Alfa-Omega.

1975. *Caminhos e Fronteiras* [1957], 2ª edição ilustrada. Col. "Documentos Brasileiros". Rio de Janeiro: J. Olympio.

1986. *O Extremo Oeste*. São Paulo: Brasiliense.

IGLÉSIAS, Francisco:

2000. *Historiadores do Brasil*. Capítulos de historiografia brasileira. Rio de Janeiro: Nova Fronteira / B. Horizonte: EdUFMG. [Leia-se o que diz de C. de Abreu, pp. 117-125].

KOHUT, Karl (ed.):

1991. *Palavra e Poder*. Os intelectuais na sociedade brasileira. Frankfurt am Main: Vervuert Verlag.

LACOMBE, Américo Jacobina:

1974. *Introdução ao Estudo da História do Brasil*. Col. "Brasiliana" - 350. S. Paulo: C. E. N.

LINS, Ivan:

1967. *História do Positivismo no Brasil*. Col. "Brasiliana - v. 322". São Paulo: C.E.N. [Ver o capítulo II «O Positivismo no Ceará» e, em especial, as pp. 125-130 em que o A. examina a posição de Capistrano de Abreu].

MACHADO, Alcântara:

1955. *Vida e Morte do Bandeirante*. Introdução de Sérgio Milliet. Ilustrações de J. Wasth Rodrigues. São Paulo: Martins. [1929].

MACHADO NETO, A. L.:

1973. *Estrutura Social da República das Letras*. (Sociologia da vida intelectual brasileira, 1870-1930). São Paulo: Grijalbo / Edusp.

MENESES, Djacir:

1998. *O Brasil no Pensamento Brasileiro*. Brasília: Senado Federal. [Rio: MEC-CBPE, 1957] [Traz ensaio composto de dois textos de Capistrano de Abreu].

MENEZES, Raimundo de:

1978. *Dicionário Literário Brasileiro*, 2ª ed. Rio de Janeiro - São Paulo: LTC.

MICELI, Sérgio:

1979. *Intelectuais e Classe Dirigente no Brasil (1920-1945)*. São Paulo: Difel.

MOISÉS, Massaud e José Paulo PAES (org.):

1980. *Pequeno Dicionário da Literatura Brasileira* - biográfico, crítico e bibliográfico. São Paulo: Cultrix.

NANTES, Frei Martino de:

1979. *Relação de uma Missão no Rio São Francisco* (Relação sucinta e sincera da missão do padre Martinho de Nantes, pregador capuchinho, missionário apostólico no Brasil entre os índios chamados Cariris), 2ª edição. "Brasiliana - 368". Trad., Intr. e Notas de Barbosa Lima Sobrinho. S. Paulo: C.E.N. [1706, primeira ed., Quimper, França].

PAIVA, Tancredo de Barros (Notas de):

1931. *Bibliographia Capistraneana*. In *Anais do Museu Paulista*, t. IV, pp. 481-512. [Trata-se de uma reedição aumentada da primeira bibliografia de C. de Abreu, revista e autorizada por ele, e que saiu em *Livros Novos*, ano 1º, ns. 2 e 3, abr.- maio, 1919].

PÉCAUT, Daniel:

1989. *Entre le Peuple et la Nation*. Les intellectuels et la politique au Brésil (1920- 1982). Paris: Éditions de la MSH.

PRADO JÚNIOR, Caio:

1963. *Formação do Brasil Contemporâneo*. Colônia. 7ª edição. S. Paulo: Brasiliense. [São Paulo: Martins, 1942].

REIS, Antônio Simões dos:

1939-40. «Bibliografia de Capistrano de Abreu», in *Euclides*, Rio de Janeiro, n.º 6, de 15-nov.; n.º 7, de 15-dez.; n.º 9, de 1.º-jan..

RODRIGUES, José Honório:

1975. *História Corpo do Tempo*. São Paulo: Perspectiva. [Em especial o cap. 7: «História e Ideologia. A Década de 1870 a 1880, pp. 133-162].

RODRIGUES, José Honório e Leda Boechat:

2002. *Índice Anotado da Revista do Instituto do Ceará* (do tomo I ao LXVIII). Fortaleza: ABC Editora, 2ª edição. [Capistrano de Abreu: pp. 61-64].

ROCHA PITTA, Sebastião da"

1950. *História da América Portuguesa*, 3ª edição. Salvador, Bahia: Livr. Progresso. [A 2ª ed. traz na folha de rosto: *Historia da America Portuguesa*, desde o anno de 1500, do seu descobrimento, até o de 1724. Offerecida á Magestade Augusta de El-Rey D. João V, Nosso Senhor. Composta por Sebastião da Rocha Pitta, fidalgo da casa de Sua Magestade, Cavalleiro professo da Ordem de Christo, etc. Lisboa Occidental: Na Officina de Joseph Antonio da Silva, Impressor da Academia Real, M.DCC.XXX].

ROMERO, Sílvio:

1949. *História da Literatura Brasileira* [1888], 5 vols., 4ª edição organizada e prefaciada por Nelson Romero. Col. "Documentos Brasileiros". Rio de Janeiro: J. Olympio. [Na obra, diversas vezes, Capistrano de Abreu é criticado de modo passional em juízos absolutos; v.g., págs. 133-162, t. V, quando faz acerba crítica às idéias de MARTIUS sobre a historiografia brasileira, o autor vai paralelamente destratando Capistrano. Mas esta é inegavelmente uma das obras valiosas da história cultural do Brasil].

SANTOS, Wanderley Guilherme dos:

2002. *Roteiro Bibliográfico do Pensamento Político-Social Brasileiro (1870-1965)*. Belo Horizonte: Editora UFMG / Rio de Janeiro: Casa de Oswaldo Cruz.

SEVCENKO, Nicolau:

1983. *Literatura como Missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. São Paulo: Brasiliense.

SKIDMORE, Thomas E.:

1976. *Preto no Branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro*. Rio: Paz e Terra.

SERRÃO, Joel (dir.):

1985. *Dicionário de História de Portugal*, 6 volumes. Porto: Livraria Figueirinhas.

SOUSA, Gabriel Soares de:

1971. *Tratado Descritivo do Brasil em 1587*, quarta edição. Edição castigada pelo estudo e exame de muitos códices manuscritos existentes no Brasil, em Portugal, Espanha e França, e acrescentada de alguns comentários por Francisco Adolfo de Varnhagen. Col. "Brasiliana – 117". São Paulo: C.E.N.

SOUZA, Simone de / NEVES, Frederico de Castro (orgs.):

2002. *Intelectuais*. Col. "Fortaleza: História e Cotidiano". Fortaleza: Ed. Demócrito Rocha. [Em especial os caps: «Universo letrado em Fortaleza na década de 1870», pp. 15-40, e «As idéias científicas do século XIX no discurso do Club Literário», pp. 73-96].

STUDART, Guilherme (Barão de -):

1910. *Diccionario Bio-Bibliographico Cearense*, vol. 1^a. Fortaleza: Typo-Lithographia a Vapor. [João Capistrano de Abreu, pp. 420-428].

VELOSO, Mariza e MADEIRA, Angélica:

1999. *Leituras Brasileiras*. Itinerários no Pensamento Social e na Literatura. Prefácio de Sérgio Paulo Rouanet. São Paulo: Paz e Terra.

VENTURA, Roberto:

1991. *Estilo Tropical*. História cultural e polêmicas literárias no Brasil (1870-1914). São Paulo: Companhia das Letras. [Traz várias referências a C. de Abreu].

WEHLING, Arno:

1999. *Estado, História, Memória*. Varnhagen e a construção da identidade nacional. Rio de Janeiro: Nova Fronteira. [Capistrano está presente em todo o livro].

(Palestra proferida no Instituto do Ceará (Histórico, Antropológico e Geográfico), no dia 20 de outubro de 2003, na sessão de comemoração alusiva à data do nascimento do historiador).